

Cadernos Teologia Pública



O debate sobre o princípio pluralista:
Um balanço das reflexões sobre o princípio pluralista e suas aplicações

Claudio de Oliveira Ribeiro

ISSN 1807-0590 (impresso) • ISSN 2446-7650 (Online)
ano XVII • número 145 • volume 17 • 2020

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



 UNISINOS

O debate sobre o princípio pluralista: Um balanço das reflexões sobre o princípio pluralista e suas aplicações

Resumo

O objetivo deste texto é apresentar um primeiro balanço sobre o princípio pluralista, após alguns anos de debate, reproduzir suas bases conceituais mais importantes, com o registro dos principais autores e autoras que lhes dão sustentação teórica, e indicar, em síntese, algumas aplicações que temos feito dele. Entre elas, destacamos a tarefa de (i) investigar aspectos do quadro de pluralidade religiosa, sobretudo o valor da relação entre vida cotidiana e expressões de fé; (ii) contribuir para a teologia ecumênica das religiões, com uma crítica aos modelos teológicos modernos de interpretação, por não abarcarem a complexidade e a variedade presentes no quadro de diversidade religiosa, especialmente as formas de espiritualidades de grupos populares e subalternos, em geral com perfis holísticos e integrados à cultura; (iii) observar o princípio pluralista em relação aos estudos de religião no Brasil, especialmente como elemento articulador de pesquisas desenvolvidas na área “Ciências da Religião e Teologia”; (iv) analisar as questões suscitadas pelas ecoteologias e ecoespiritualidades, que realcem as relações necessárias de interdependência e de cooperação vital; (v) realçar o valor de dimensões antropológicas que estão em torno da corporeidade, da sexualidade e do prazer, em geral desprezadas pelas leituras teológicas hegemônicas; e (vi) destacar aspectos de novas linguagens teológicas, forjadas nas expressões dos desejos humanos e associadas às dimensões lúdicas e místicas de formas de vida marcadas pela festividade, pela alteridade, pela afirmação da diferença, pela poesia e pelo empoderamento de grupos subalternizados que revelam visões plurais e criativas de vida.

Palavras-Chave: Princípio pluralista. Teologia das religiões. Entre-lugares. Polidoxia. Decolonialidade.

O debate sobre o princípio pluralista: Um balanço das reflexões sobre o princípio pluralista e suas aplicações

Prof. Dr. Claudio de Oliveira Ribeiro

Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com estágio de pesquisa de pós-doutorado em Teologia, na Southern Methodist University, de Dallas-EUA

Cadernos Teologia Pública é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*

Vice-reitor: *Pedro Gilberto Gomes, SJ*

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: *Inácio Neutzling, SJ*

Diretor Adjunto: *Lucas Henrique da Luz*

Gerente administrativo: *Nestor Pilz*

www.ihu.unisinos.br

Cadernos Teologia Pública

Ano XVII – Vol. 17 – Nº 145 – 2020

ISSN 1807-0590 (impresso)

ISSN 2446-7650 (Online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling

Conselho editorial: MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Bel Guilherme Tenher Rodrigues; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuíta de Paris-Centre Sèvres, doutor em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PU-CRS, doutor em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, ESTRS, doutor em Teologia.

Responsáveis técnicos: Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Bel Guilherme Tenher Rodrigues.

Revisão: Carla Bigliardi

Imagem da capa: Patrícia Kunrath Silva

Editoração: Ricardo Machado e Guilherme Tenher Rodrigues

Impressão: Impressos Portão

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2004) – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004. – v.

Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>>.

Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014). ISSN 1807-0590

1. Teologia 2. Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública: Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

O debate sobre o princípio pluralista: Um balanço das reflexões sobre o princípio pluralista e suas aplicações

Claudio de Oliveira Ribeiro

Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com estágio de pesquisa de pós-doutorado em Teologia, na Southern Methodist University, de Dallas-EUA

Introdução

A primeira vez que utilizei a expressão “princípio pluralista” foi em uma conferência no Programa de Pós-Graduação em Teologia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, realizada no dia 17 de agosto de 2017, cujo tema foi “Pluralismo Religioso na América Latina”. Eu estava bastante motivado pelas experiências de diálogo inter-religioso que se abriam para mim, especialmente no contexto de participação no Fórum Inter-Religioso de Santo André-SP e de outros canais de diálogo, tanto em nível local e nacional, como também nos espaços criados pelo Programa de Cooperação e Diálogo Inter-Religioso do Conselho Mundial de Igrejas. Após a conferência, o Programa da PUC teve a gentileza de publicar o texto em sua Revista de Cultura Teológica, com o título “O princípio pluralista: bases teóricas, conceituais e possibilidades de aplicação” (2017a). No mesmo ano, o IHU publicou em seus Cadernos

de Teologia Pública, com o título “O princípio pluralista” (2017b), um aprofundamento do texto, o qual teve boa circulação e aceitação em alguns círculos dos estudos de religião.

A formulação deste princípio é resultado de duas décadas de pesquisas sobre temas ecumênicos em chave teológica latino-americana e de análises da realidade de pluralidade religiosa que marca o nosso tempo. Há uma produção com certa amplitude, que antecede as pesquisas recentes. Ela está dispersa em variados artigos acadêmicos e livros, mas os aspectos principais foram organizados em três obras: a) Testemunho e Libertação: a teologia latino-americana em questão (2016), que dá um balanço da metodologia da Teologia da Libertação e faz a ela uma crítica ad intra pelas demandas crescentes e intensificação da complexidade sociocultural, da emergência das subjetividades e do pluralismo; b) Pluralismo e Libertação (2014), que apresenta temas para uma teologia ecumênica das religiões; e c) Religião, Democracia e Direitos Humanos (2016), que é uma análise da presença pública inter-religiosa no fortalecimento da democracia e na defesa dos direitos humanos no Brasil.

Estas pesquisas foram realizadas no contexto do grupo de pesquisa “Teologia no Plural”, certificado pela

Universidade Metodista de São Paulo até 2017, onde trabalhei por quase duas décadas, e tiveram continuidade nos Programas de Pós-Graduação em Ciência(s) da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2018-2019) e da Universidade Federal de Juiz de Fora (2019-2020). Uma obra mais extensa e detalhada, intitulada O Princípio Pluralista, foi organizada e deve ser em breve publicada.

Na referida produção há sempre uma preocupação interdisciplinar que articula, pelo menos, dois polos: (i) a perspectiva decolonial dos estudos culturais, especialmente a noção de “entre-lugar” e de fronteiras, associada às tensões entre as sociologias das ausências e das emergências e às críticas às formas de colonialidade do poder, do saber e do ser; e (ii) a visão teológica de alteridade ecumênica, com variados desdobramentos inspirados em diferentes setores das teologias pluralistas e com destaque para a noção de polidoxia, considerando os diferenciais de poder na sociedade que demarcam as relações inter-religiosas e interculturais. O princípio pluralista se assenta sobre esses dois pilares conceituais e se propõe a ser um elemento de cooperação na tarefa de melhor compreensão da pluralidade religiosa e de outros aspectos antropológicos que se destacam no cenário atual.

Como amante da tradição teológica protestante, especialmente a do renomado teólogo Paul Tillich, que cunhou em sua Teologia Sistemática (1984) a noção de ‘princípio protestante’, e como herdeiro da visão teológica latino-americana da libertação, em especial a ideia do ‘princípio misericórdia’, de Jon Sobrino (1994), intuí que o princípio pluralista, recorrente no pensamento de variados autores e autoras, latino-americanos e de outros continentes, possibilitaria uma contribuição singular e expressiva tanto para as análises teológicas quanto para o campo das ciências da religião.

Diante dos esforços em forjar e garantir o referido legado teológico latino-americano, há desafios enormes que marcam o contexto atual. Não obstante as muitas e diversificadas análises, reconhecemos que não é tarefa simples indicar tais desafios. Há, no entanto, três aspectos que têm mobilizado a atenção de teólogos e de teólogas, e que a mim tocam de forma bem intensa.

O primeiro deles é a tarefa de alargamento metodológico e de atualização nas formas de compreensão da realidade, pressuposto sempre presente nas teologias de caráter social e político. Trata-se de uma análise crítica da metodologia teológica latino-americana, tendo em vista contribuir com o seu aprimoramento e com a indi-

cação de respostas mais adequadas e mais consistentes ao quadro crescente de complexidade da realidade social. Este cenário, como sabemos, é emoldurado pelos fatores econômicos e marcado por uma emergência de subjetividades, além de ser também moldado por um quadro de pluralismo cada vez mais intenso nas sociedades e culturas. No caso latino-americano, trata-se de avaliar o peso dos esquemas reducionistas que utilizaram em demasia a bipolaridade “dominantes x dominados” devido à influência de certas formas mais dogmáticas de marxismo nas análises sociais, ocultando por vezes a complexidade social. Nesse sentido, seguindo as teorias de complexidade, defendemos uma lógica plural para o conhecimento das situações em que vivemos.

Um segundo desafio está em torno das questões relativas à emergência das subjetividades na atualidade. Esta dimensão se conecta com a espiritualidade. Não foram poucas as vezes em que a Teologia da Libertação, por exemplo, foi acusada de ‘não ter espiritualidade’. É fato que as dimensões racionais próprias do método teológico latino-americano, como as mediações socioanalíticas para a compreensão da realidade, o rigor nas exegeses bíblicas e nas avaliações históricas e as formas articuladas de ação eclesial e política, marcam uma ambientação de

racionalidade que talvez possa inibir formas mais subjetivas de espiritualidade. No entanto, a mística evangélica é parte constitutiva da participação cristã nos processos de libertação social. Daí a emergência de grandes desafios teológicos e pastorais, em geral requerendo uma abertura a visões que valorizem a subjetividade e formas mais autênticas e espontâneas de espiritualidade.

Um terceiro desafio reside em torno dos encontros e desencontros da teologia com a pluralidade. A teologia latino-americana priorizou o dado político para suas interpretações e nem sempre esteve devidamente atenta às diferenças culturais, que, no caso de nosso continente, são fortemente híbridas e entrelaçadas com a diversidade das expressões religiosas. Também pouco esteve atenta para as demandas da vida que surgem com as dimensões e experiências do cotidiano e com os aspectos fundamentais da vida humana como a corporeidade e a sexualidade. Consideramos, portanto, que diante da teologia latino-americana está a tarefa de aprofundar os seus esforços, mesmo com as limitações e ambiguidades próprias de qualquer corrente de pensamento, e, guiada pelo princípio pluralista, refletir sobre as demandas que a sociedade apresenta e que recaem sobre o quadro de pluralismo, seja o que está em torno das questões do método

teológico, do quadro religioso ou de questões de natureza antropológica.

As reflexões sobre os três referidos blocos – ou seja, das questões que emergem da complexidade social, das subjetividades humanas e das formas de pluralismo – têm pautado os conteúdos e as ênfases do meu trabalho. Os esforços têm sido na direção de analisá-los a partir do princípio pluralista.

A formulação deste princípio se deu, como já referido, em variados ambientes acadêmicos nos quais eu estive e estou inserido, mas encontrou solo fértil no Grupo de Trabalho “Espiritualidades contemporâneas, pluralidade religiosa e diálogo”, da ANPTECRE/SOTER, liderado pelos profs. Gilbráz Aragão (UNICAP), Roberlei Panasiewicz (PUC-Minas) e por mim.

O princípio pluralista se constitui em um referencial de análise facilitador de melhor compreensão do complexo e variado quadro religioso, que pode também ser utilizado como noção condutora de reflexões sobre o pluralismo metodológico e antropológico, tanto em termos do caráter descritivo e sociológico das ciências da religião, quanto em termos da dimensão hermenêutica da teologia. É um instrumento hermenêutico de mediação teológica e analítica da realidade sociocultural e religiosa

que procura dar visibilidade a experiências, grupos e posicionamentos que são gerados nos “entre-lugares”, bordas e fronteiras das culturas e das esferas de institucionalidades (RIBEIRO, 2017b).

O princípio pluralista possibilita divergências e convergências novas, outros pontos de vista, perspectivas críticas e autocríticas para diálogo, empoderamento de grupos e de visões subalternas e formas de alteridade e de inclusão, considerados e explicitados os diferenciais de poder e formas de colonialidade presentes na sociedade. O princípio pluralista, formulado a partir de lógicas ecumênicas e de alteridade, possibilita melhor compreensão da diversidade do quadro religioso e, também, das ações humanas em geral.

A noção de pluralidade poderia ser vista, em primeira análise, como algo em contradição com a ideia de um “princípio”. Este, em geral, mais constante, buscaria semelhanças e similares, em variações da realidade que podem ser medidas em amostragens ou metodologias afins. Ao menos, é o que se faz em algumas áreas do conhecimento. No entanto, em nosso campo, consideramos que a constância é a diversidade. Esta se encontra, em boa parte das vezes, ocultada ou invisibilizada nas pesquisas e análises da realidade social e religiosa.

A formulação do princípio pluralista não é uma indicação ética, moral ou “catequética”, do tipo “devemos ser pluralistas”, embora consideremos que uma visão plural seja importante para os processos democráticos, para as mais diversas formas de relacionamento e também para o avanço da pesquisa científica. Trabalhamos com outra ênfase. Com o princípio pluralista, consideramos que as análises se tornam mais consistentes, uma vez que possibilitam melhor identificação do “outro”, especialmente as pessoas e grupos que são invisibilizados dentro da visão sociológica que Boaventura de Sousa Santos (2010) chamou de “sociologia das ausências”. A sensibilidade com as distintas expressões culturais ou religiosas, majoritárias ou minoritárias, fronteiriças ou não, contribui para uma “sociologia das emergências” de novos rostos, variados perfis religiosos, multiplicidades de olhares, perspectivas e formas plurais de atuação. Com essa perspectiva “polícromática”, os esforços de análise poderiam encontrar maior êxito e consistência.

A lógica de uma visão pluralista está presente em diferentes autores e autoras, mas a expressão princípio pluralista tem certo caráter inédito. É fato que a nomenclatura, especialmente por sua sonoridade e constituição, nos remete à ideia do pluralismo de princípio, como nos

indicaram Claude Geffré (2004), Jaques Dupuis (1999) e outros autores. Para eles, além do ‘pluralismo religioso de fato’, como uma das marcas da realidade social, o ‘pluralismo de princípio’ seria uma plataforma teológica que reconhece e valoriza a realidade do pluralismo religioso como vontade e automanifestação divinas, para que a ultimidade se revele por meio da diversidade de culturas e religiões. O princípio pluralista contempla tal perspectiva ecumênica, valorativa do diálogo e das aproximações inter-religiosas, mas é mais amplo, uma vez que também se constitui em instrumento de avaliação da realidade social e cultural, sobretudo para melhor compreensão das diferenças, religiosas ou não, que se forjam nos entrelugares das culturas.

O objetivo deste texto é apresentar um primeiro balanço sobre o princípio pluralista, após alguns anos de debate, reproduzir suas bases conceituais mais importantes, com o registro dos principais autores e autoras que lhes dão sustentação teórica, e indicar, em síntese, algumas aplicações que temos feito dele. Entre elas, destacamos a tarefa de (i) investigar aspectos do quadro de pluralidade religiosa, sobretudo o valor da relação entre vida cotidiana e expressões de fé; (ii) contribuir para a teologia ecumênica das religiões, com uma crítica aos

modelos teológicos modernos de interpretação, por não abarcarem a complexidade e a variedade presentes no quadro de diversidade religiosa, especialmente as formas de espiritualidades de grupos populares e subalternos, em geral com perfis holísticos e integrados à cultura; (iii) observar o princípio pluralista em relação aos estudos de religião no Brasil, especialmente como elemento articulador de pesquisas desenvolvidas na área “Ciências da Religião e Teologia”; (iv) analisar as questões suscitadas pelas ecoteologias e ecoespiritualidades, que realcem as relações necessárias de interdependência e de cooperação vital; (v) realçar o valor de dimensões antropológicas que estão em torno da corporeidade, da sexualidade e do prazer, em geral desprezadas pelas leituras teológicas hegemônicas; e (vi) destacar aspectos de novas linguagens teológicas, forjadas nas expressões dos desejos humanos e associadas às dimensões lúdicas e místicas de formas de vida marcadas pela festividade, pela alteridade, pela afirmação da diferença, pela poesia e pelo empoderamento de grupos subalternizados que revelam visões plurais e criativas de vida.

As religiões e a força da economia

Um dos temas que mais tem interpelado a reflexão teológica nas primeiras décadas deste milênio é o papel das religiões nos processos de estabelecimento da paz, da justiça e da sustentabilidade da vida. Diversos círculos teológicos e cientistas da religião têm se debruçado no quadro sociorreligioso mundial para compreender os processos de abertura e de diálogo entre grupos de tradições religiosas distintas, em diversas frentes de ação, assim como os processos de enrijecimento das perspectivas religiosas, com o fortalecimento de formas de caráter fundamentalista, com o aguçamento de conflitos e com o reforço de culturas de violência.

Nossas pesquisas têm sido desenvolvidas com a consciência de que há limites nos discursos relativos ao pluralismo religioso, incluindo aqueles construídos nas práticas de defesa dos direitos humanos e na valorização dos processos de humanização e cidadania, comuns em nossas análises. Muitas vezes tais discursos são cooptados pela força imperial do sistema capitalista e podem conviver com ela em certa harmonia e assimilação mútua (RIEGER, 2008). Há, por vezes, uma ausência de crítica à força do sistema econômico, responsável pelas violações

fundamentais dos direitos, causando assim formas de co-optação, assimilação e harmonização com visões oriundas da democracia liberal formal (HINKELAMMERT, 2014).

Por isso, assumimos a perspectiva de alguns autores, como Boaventura de Sousa Santos, por exemplo, especialmente em *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos* (2013), que defendem a necessidade de se estabelecer uma visão contra-hegemônica dos direitos humanos. As lutas contra-hegemônicas pelos direitos humanos têm em perspectiva a mudança das estruturas sociais e econômicas responsáveis pelas formas de sofrimento injusto, segregações sociais e destruição da vida humana e da natureza. São lutas materiais relacionadas à economia política que está subjacente à produção e à reprodução de relações sociais desiguais.

Um dos elementos presentes em nossas análises está ligado ao quadro de debates no campo dos estudos das religiões sobre o papel delas na atual sociedade e como se defrontam com as forças econômicas sistêmicas. Seguindo o princípio pluralista, consideramos que tal avaliação contribui para uma compreensão mais adequada dos níveis de relevância das experiências, religiosas ou inter-religiosas, na defesa dos direitos humanos e da terra e no reforço de uma cultura democrática e de alteridade.

Há diversas análises que revelam a atenuação da força das expressões religiosas como tais como fator que, em última instância, determina a organização e a reorganização da vida social. No lugar delas, para muitos autores, como Walter Benjamin (2013) e Paul Tillich (1956), por exemplo, situaria o sistema econômico. Mais precisamente é possível afirmar que para eles o capitalismo se tornou uma religião; ou seja, o capitalismo como religião torna-se a força mobilizadora da vida social. Um de nossos objetivos tem sido avaliar tal fronteira e entendê-la como um elemento que não anula a importância das religiões como tais nos processos que interferem no aprofundamento da democracia e na defesa e ampliação de direitos, assim como em outros aspectos básicos da vida. As religiões, pela força histórica que possuem e pelo entrelaçamento com a cultura em diferentes níveis, especialmente no contexto latino-americano, têm sido molas propulsoras ou legitimadoras de processos sociais os mais diversos (HINKELAMMERT, 2012).

Não obstante a influência do sistema econômico nas formas e expressões religiosas e o vigor do capitalismo como religião no mundo atual, as religiões vivem e assentam suas práticas e perspectivas teológicas nas fronteiras do turbilhão conflitivo das forças hegemônicas

imperiais na sociedade em tensão permanente com os processos contra-hegemônicos que visam ao aprofundamento da democracia para além dos aspectos formais e à defesa radical dos direitos humanos e da terra. É no cruzamento da importância pública das religiões com a força dos movimentos contra-hegemônicos na sociedade, em boa parte associados direta ou indiretamente a movimentos religiosos, que se reforça o interesse pelo pluralismo religioso entendido como valor e pelos esforços de diálogos inter-religiosos em seus diferentes níveis (SANTA ANA, 2010).

Como sabemos, os processos contra-hegemônicos são variados e de diversas procedências e colorações ideológicas, sem uma estrutura centralizada de articulação, o que dificulta uma descrição precisa. No entanto, é possível afirmar que a complexidade deles pode ser equacionada naquilo que, no campo político, foi denominado “espírito dos Fóruns Sociais Mundiais”. Os movimentos em torno do Fórum Social Mundial, mesmo com suas contradições em função da natureza política ampla, variada e participativa, articulam a crítica ao sistema econômico com lutas antissistêmicas, incluindo as de naturezas étnicas, raciais, sexuais e as de grupos minoritários. Há uma série substancial de grupos religiosos que estão, direta ou

indiretamente, ligados ao Fórum. Boa parte deles protagonizam experiências inter-religiosas de certa repercussão social e densidade no campo das espiritualidades. Todos se colocam com força anti-imperial (SANTOS, 2013). Compreendemos a concepção atual de Império como algo que se funda pela identificação de um conglomerado de forças econômicas, políticas e simbólico-culturais provenientes do funcionamento do capitalismo financeiro tardio, que convergem, sem a consideração de fronteiras ou de limites, para um domínio total na sociedade exercido globalmente por elites de intenso poder econômico e militar (NEGRI; HARDT, 2001).

O debate sobre as forças contra-hegemônicas retoma, assim, a produção teológica latino-americana que relaciona religião e dominação (COMBLIN, 1996), especialmente as análises que destacam os aspectos de absolutização do poder econômico e político e como tais aspectos incidem negativamente nos processos sociais a ponto de inviabilizarem os processos democráticos, de formação de culturas de alteridade e diálogo e de garantia dos direitos humanos e da terra (MIGUEZ; RIEGER; MO SUNG, 2012).

Com essas reflexões, indicamos a necessidade de se avaliar a força da economia em contraposição à força

das religiões em suas formas explícitas, suas especificidades e institucionalidades, especialmente no tocante ao ordenamento da vida e à formação dos valores individuais e coletivos. O debate sobre pluralismo religioso está diretamente implicado nesta tensão. Em nossa perspectiva, o princípio pluralista assume tais visões críticas e as amplia em diferentes direções, as quais passamos a descrever.

As noções de entre-lugares e fronteiras e a tarefa decolonial

O princípio pluralista segue a concepção de entre-lugar, como trabalho fronteiriço da cultura, conforme nos indica Homi Bhabha em sua obra *O local da cultura* (2001), que requer um encontro com “o novo” que não seja mera reprodução ou continuidade de passado e presente. O princípio pluralista renova e reinterpretava o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova, interrompe e interpela a atuação do presente. Ele está em sintonia com o horizonte hermenêutico e de intervenção social, configurado por Homi Bhabha, a partir da possibilidade de “negociação” da cultura ao invés de sua “negação”, comum nas posições dicotômicas

e bipolares, tanto no campo político como nas análises científicas. Trata-se de uma temporalidade forjada nos entre-lugares e posicionada no “além”, que torna possível conceber a articulação de elementos antagônicos ou contraditórios e possibilita novas realidades, ainda que sejam híbridas, sem forte coerência racional interna, mas nem por isso desprovida de potencial transformador e utópico.

Dentro deste quadro de perspectivas é que temos avaliado que as identidades culturais são forjadas nas fronteiras. Boaventura de Sousa Santos afirmara que elas:

... não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidade são, pois, identificações em curso (SANTOS, 2010a, p. 135).

Daí a importância de interpretações conjuntivas da cultura, que reúnam e articulem as contradições presentes na globalidade, mas, sobretudo, que não desconsiderem as particularidades, as singularidades e a concretude das

vivências. Isso é inovador e politicamente importante, pois são nestes terrenos que ocorrem as novas estratégias de construção de identidades. É daí que brotam os novos signos que colaborarão e contestarão as definições e ideias sobre as sociedades. “O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais” (BHA-BHA, 2001, p. 20).

Além deste novo conceito, Bhabha afirma que é nestes “entre-lugares” que ocorrem as negociações, outro conceito importante do autor. Ou seja, é no limite, nas fronteiras, que os sujeitos negociam suas convicções e posturas, dando origem a novas culturas híbridas. O pluralismo religioso que se intensifica em nossos dias está cada vez mais marcado pelas formas de hibridismos culturais. Devido a esta concepção é que afirmamos que na noção de entre-lugar reside um dos fortes motivos de se priorizar o diálogo com Bhabha para nossas reflexões sobre o pluralismo religioso. Além disso, para ele, a condição pós-moderna não pode meramente celebrar a “fragmentação das ‘grandes narrativas’ do racionalis-

mo pós-iluminista” (BHABHA, 2001, p. 23), mas se deve interpretá-la e perceber suas ambivalências.

Tal perspectiva converge com a crítica política de Boaventura de Sousa Santos quando este afirma que “a celebração da fragmentação, da pluralidade e da proliferação das periferias oculta a relação desigual, central no capitalismo moderno, entre o Norte e o Sul” (SANTOS, 2010b, p. 30). Ao contrário, viver na “fronteira” das distintas situações deve produzir um novo sentido para a realidade.

O “local da cultura” [para usar o sugestivo título da obra já referida] é fundamental no processo de se estabelecer mediações socioanalíticas para as interpretações teológicas e, também, para as análises científicas da religião em geral. O conceito entre-lugar está relacionado à visão e ao modo como grupos subalternos se posicionam frente ao poder e como realizam estratégias de empoderamento. Tais posicionamentos geram entre-lugares em que aparecem com maior nitidez questões de âmbito comunitário, social e político.

O entre-lugar busca ultrapassar as lógicas da negação, as posições estáticas, as singularidades e caminha para a mescla e para um hibridismo cultural por meio da tradução/negociação, criando, assim, o terceiro espa-

ço. Neste além, significados e símbolos culturais são reapropriados, traduzidos, re-historicizados, ressignificados e utilizados de outra maneira (BHABHA, 2001). As análises sobre o pluralismo religioso, se atentas a esta perspectiva teórica, podem se tornar mais precisas e substanciais, na medida em que poderão captar mais adequadamente as nuances da complexidade cultural e religiosa.

O pensamento complexo é essencialmente aquele “que trata com a incerteza e que é capaz de conceber a organização. É o pensamento capaz de reunir (complexus: aquilo que é tecido conjuntivamente), de contextualizar, de globalizar, mas, ao mesmo tempo, capaz de reconhecer o singular, o individual, o concreto” (MORIN, 2000, p. 207). O pensamento complexo busca questionar e expandir de maneira crítica os pensamentos simplificadores, partindo da não completude do conhecimento e da aceitação da diversidade dos saberes e percepções acerca do mundo e da vida. A realidade é vista como um tecido de múltiplos fios interligados e em permanente processo de construção e reconstrução.

O pensamento complexo critica os três pilares da ciência moderna, sem, contudo, negar a eficácia deles: a ordem, a separabilidade e as lógicas indutiva e dedutiva. Como para ele tudo está em intrínseca relação, assim,

teríamos a relativização das concepções simplificadoras, dando lugar a concepções complexas e pluridimensionais da realidade. Daí a proposta da transdisciplinaridade, que parte de uma revisão crítica da fragmentação das ciências com seus efeitos diversos e propõe uma visão global da realidade capaz de resgatar a totalidade dela e ser ao mesmo tempo integradora e crítica (MORIN, 2010).

Isso nos leva a fazer um percurso que vai da dimensão transdisciplinar à perspectiva transreligiosa. A formulação do princípio pluralista bebeu das fontes deste caminho.

A transdisciplinaridade engendra, pois, uma atitude trans-cultural e trans-religiosa. A atitude trans-cultural designa a abertura de todas as culturas para aquilo que as atravessa e ultrapassa, indicando que nenhuma cultura se constitui em um lugar privilegiado a partir do qual podemos julgar universalmente as outras culturas, como nenhuma religião pode ser a única verdadeira e universal (ARAGÃO, 2008, p. 142-143).

Somada a estas perspectivas, realçamos para melhor compreensão, tanto do quadro de pluralismo religioso quanto o das possibilidades de diálogo inter-religioso, o que Boaventura de Sousa Santos chamou de “hermenêutica diatópica”. Ela leva em conta os lugares comuns

retóricos mais abrangentes ou universos de sentido de determinada cultura ou religião, os topoi.

A hermenêutica diatópica baseia-se na ideia de que os topoi de uma dada cultura, por mais fortes que sejam, são tão incompletos quanto a própria cultura a que pertencem. Tal incompletude não é visível a partir do interior dessa cultura, uma vez que a aspiração à totalidade induz a que se tome a parte pelo todo. O objetivo da hermenêutica diatópica não é, porém, atingir a completude – um objetivo inatingível – mas, pelo contrário, ampliar ao máximo a consciência de incompletude mútua através de um diálogo que se desenrola, por assim dizer, com um pé numa cultura e outro, na outra. Nisto reside o seu caráter dia-tópico (SANTOS, 2010b, p. 448).

A posição de fronteira, portanto, permite maior visibilidade das estruturas de poder e de saber, o que pode ajudar na apreensão das subjetividades de povos subalternos. Tal visão está associada à perspectiva dos estudos culturais, que em solo latino-americano ganhou, a partir dos estudos, sobretudo do peruano Anibal Quijano, da estadunidense radicada no Equador Catherine Walsh e dos argentinos Enrique Dussel e Walter Mignolo, um novo conteúdo crítico. Trata-se da perspectiva ou giro decolonial. Essas expressões, que se distinguem do “pós-colonial” ou do “descolonial”, possuem um sentido estratégi-

co que revela interpelações políticas e epistemológicas de reconstrução de culturas, instituições e relações sociais, tendo em perspectiva o empoderamento de grupos subalternos e construções críticas alternativas e plurais.

Tais interpelações críticas são marcadas por certo caráter propositivo e prático e por ações concretas no âmbito cultural e político. O “decolonial” indica uma desobediência epistemológica sem a qual “não será possível o desencadeamento epistêmico e, portanto, permaneceremos no domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases” (MIGNOLO, 2008, p. 288). A tarefa decolonial consiste em construir a vida a partir de outras categorias de pensamento que estão para além dos pensamentos ocidentais dominadores.

Trata-se de uma postura e atitudes permanentes de transgressão e de intervenção no campo político e cultural, na incidência das culturas subalternizadas e invisibilizadas, nas quais se pode identificar, visibilizar e incentivar lugares de exterioridade e de construções críticas alternativas e plurais. “O paradigma decolonial luta por fomentar a divulgação de outra interpretação que põe em evidência uma visão silenciada dos acontecimentos”

e, ao mesmo tempo, revela “os limites de uma ideologia imperial que se apresenta como a verdadeira e única interpretação” (MIGNOLO, 2007, p. 457). As proposições conceituais dos estudos culturais decoloniais visam realçar a decolonialidade do poder, do saber e do ser (MIGNOLO, 2008).

As perspectivas decoloniais reinscrevem ou “tra-duzem” o imaginário social moderno ou da metrópole a partir das condições fronteiriças. Tais condições são marcadas pelo hibridismo cultural e possibilitam novas formas de compreensão da vida e das relações de poder na sociedade.

A noção de hibridismo revela, por assim dizer, o conceito de entre-lugar. Este, como já referido, se constitui como espaço intersticial, onde significantes e significados se encontram e produzem novos sentidos. Entre-lugar, portanto, é um espaço produtivo, onde ocorrem as diversas formas de hibridismos. A diversidade religiosa se visibiliza mais intensamente se tais espaços são observados detidamente.

Além disso, se reconhecermos que a colonialidade está entrelaçada com todos os aspectos da vida e do pensamento, devemos compreender que o conceito de religião no mundo moderno também está incorporado no

pensamento colonial ocidental. Tal visão convergiu para outro ponto importante nessa construção da noção ocidental de religião forjada durante o Iluminismo europeu, quando o mito moderno da separação religioso/secular foi criado. Como se sabe, alguns aspectos da cultura ocidental orientaram a noção moderna de religião. Entre eles podemos citar o desenvolvimento da ciência e do pensamento racional, com ênfases excludentes, elitistas, patriarcais e androcêntricas, mas que se apresenta pretensamente como universalista, e a redução das dimensões da vida a “escaninhos” compartimentalizados, fazendo da religião um âmbito específico da vida (e não algo integrado na totalidade dela). Isto redundou em eurocentrismos, norte-americanismos e ocidentalismos diversos, e na visão de religião como o resultado de escolhas individuais e racionais, de certo recorte institucionalizado e com uma organização sistematizada e formal. Redundou também na desvalorização dos universos simbólicos das culturas, que, especialmente no campo popular, não comportam esta rigidez e reducionismo (TOSTES; RIBEIRO, 2020).

Considerando a tríplice demanda oriunda das tarefas de decolonizar o poder, o saber e o ser, nas quais o princípio pluralista está assentado, as análises sociais procuram realçar vários aspectos e desafios teórico-prá-

ticos, os quais também interpelam os estudos de religião. Entre tais desafios, é possível indicar: (i) a crítica à visão de um pensamento único, seja no campo global das relações políticas, econômicas e socioculturais que marcam a dominação Norte-Sul ou no campo das relações institucionais, coletivas, de governo etc.; (ii) a revisão da perspectiva de um “centrocentrismo”, associado às formas de racismos, machismos, xenofobia e homofobia que inibem processos de contextualização e de recontextualização de identidades culturais e se colocam como monopólio regulador das consciências e das práticas sociais, em geral patriarcais, dispensando a intervenção transformadora dos contextos, das negociações culturais e dos diálogos; (iii) o questionamento da visão de universalismo das ciências e da ética, uma vez que ela dissimula a particularidade que a produção de conhecimento e a normatização de valores possuem, em geral marcadamente masculina, branca e das elites econômicas, e encobre saberes locais e particulares, em especial dos agrupamentos pobres da sociedade e grupos subalternos; (iv) análise crítica da supremacia da racionalidade formal técnico-científica em relação às formas de subjetividade, aos conhecimentos vivenciais, holísticos e integradores e ao corpo como fonte de expressão e sabedoria; (v) avaliação da forma meramente

conceitual da produção do conhecimento em detrimento das perspectivas narrativas, enredadas no cotidiano e nas expressões da corporeidade, e em conexão com saberes alternativos e de grupos subalternos; (vi) revisão da noção de indivíduo desprovida da interação constituinte do humano com a comunidade, a história, a natureza e o cosmo; (vii) o exame da ideologia das identidades fixas, uma vez que as análises antropológicas mais apuradas mostram que as identidades são fluidas, híbridas e permanentemente criadas e recriadas nos mais diferentes processos de fronteirização das experiências da vida.

Com as perspectivas advindas da visão decolonial, as aproximações religiosas e a valorização do pluralismo podem ser não somente percebidas e terem suas tendências identificadas nas análises, mas elas podem ser sobretudo construídas. É óbvio que isto se trata de tarefa dos próprios grupos religiosos e da interação deles na sociedade, mas os estudos de religião podem cooperar oferecendo análises cujas bases sejam sólidas e ao mesmo tempo criativas e indicadoras de novos caminhos.

Nossa intenção em articular o princípio pluralista com análises sobre o pluralismo – metodológico, religioso e antropológico – se fundamenta, entre outros aspectos, nas demandas advindas da tarefa decolonial.

As noções de alteridade ecumênica e polidoxia

O princípio pluralista arquitetado sob a noção de entre-lugares da cultura e estabelecido também sob outras duas grandezas interconectadas – alteridade e ecumenicidade – pode realçar e reforçar espiritualidades e experiências religiosas que se constituem, não obstante suas ambiguidades e contradições, como aprofundamento dos processos de humanização, da democracia, da cidadania e da capacidade contra-hegemônica na defesa de direitos humanos e da terra. O mesmo é possível afirmar em relação à necessidade de tais experiências serem vistas e analisadas considerando-se as relações assimétricas de poder e as formas de colonialidade presentes na sociedade. Em ambos os casos, alteridade ecumênica e polidoxia são chaves significativas de interpretação do quadro de pluralismo religioso. É o que descreveremos resumidamente a seguir.

O que é alteridade ecumênica

Compreende-se alteridade como a capacidade de se reconhecer um “outro” que está além da subjetividade própria de cada pessoa, grupo ou instituição, como

indicaram Emmanuel Lévinas (2002) e Martin Buber (1987). Trata-se de uma postura, método, ou sistema de ferramentas científicas que permitem redimensionar, em perspectiva, a realidade. Assim, a plausibilidade de um dado sistema (religioso ou cultural) se evidenciaria no convívio com o “outro” e não na confrontação apologética tentando desqualificá-lo. Dessa forma, permite-se uma possibilidade criativa de aproximação e convívio da qual decorrerá em melhor compreensão do “outro”, que não mais será visto como exótico, como inimigo, como inferior ou como qualquer outra forma de desqualificação.

A alteridade ecumênica está relacionada à valorização da pluralidade religiosa e a uma série de outros elementos, entre os quais destacamos: a recuperação do sentido espiritual da gratuidade, a crítica às formas de fixismo, o interesse e inclinação para se repensar categorias filosóficas e teológicas tradicionais, a interface com as ciências e com a espiritualidade, a abertura à sedução gratuita do sagrado como possibilidade amorosa e realizada, o diálogo com tradições religiosas diferentes formam placas de um caminho que necessita ser reinventado a cada momento (BINGEMER, 2002).

Nesta direção, a aplicação do princípio pluralista para a compreensão do quadro religioso em geral e para

as possibilidades de aproximações inter-religiosas leva em conta que a visão pluralista nem anula as identidades religiosas, por um lado, nem as absolutiza, por outro. A perspectiva pluralista olha as religiões e as espiritualidades em plano dialógico e diatópico, considerando cada contexto, especialmente os diferenciais de poder que neles estão presentes. Não se trata de igualdade de religiões, mas de relações justas, dialógicas e propositivas entre elas.

Tal perspectiva não anula nem diminui o valor das identidades religiosas – no caso da fé cristã, a importância de Cristo –, mas leva-as a um aprofundamento e amadurecimento, movidos pelo diálogo e pela confrontação justa, amável e corresponsável. Na visão pluralista cristã, por exemplo, se realça a concepção de "Jesus como símbolo de Deus", expressão consagrada pelo teólogo Roger Haight e que se tornou título de um dos seus livros (2003). A aproximação e o diálogo entre grupos de distintas expressões religiosas cooperam para que elas possam construir ou reconstruir suas identidades e princípios fundantes. Tal visão potencializa o plano utópico das experiências inter-religiosas e de diálogo interfés. Este é o legado de variadas fontes teológicas pluralistas, como as reflexões de Paul Knitter (2008), John Hick (2005), Hans Küng (1999), Jürgen Moltmann (2004), Michael Amala-

doss (1995), Wesley Ariarajah (2011) e de tantos outros que têm estado presentes nas reflexões que dão base para o princípio pluralista.

A perspectiva pluralista das religiões interpela fortemente o contexto teológico latino-americano, especialmente pela sua vocação libertadora e pelos desafios que advêm de sua composição cultural, fortemente marcada por diferenças religiosas que se interpenetram nas mais diferentes formas.

A Teologia Latino-Americana da Libertação, por exemplo, dentre os seus muitos desafios, tem elaborado uma consistente reflexão sobre o pluralismo religioso. O marco dessas reflexões foi a publicação de uma pequena obra, sob os auspícios da Associação Ecumênica de Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo (ASETT), de vários autores com o sugestivo nome, que também dá título à coleção, *Pelos Muitos Caminhos de Deus: desafios do pluralismo religioso à Teologia da Libertação* (2003). Na sequência, foram publicadas outras obras que aprofundam e ampliam as questões inicialmente levantadas. Entre tantos autores, destacamos José Maria Vigil (2006), Diego Irrázaval (2007), Faustino Teixeira (2012) e Marcelo Barros (2009). Em diálogo com esta produção, o princípio pluralista realça as perspectivas teológicas que procu-

ram superar as clássicas visões exclusivistas, inclusivistas e relativistas de compreensão mútua entre as religiões.

Para isso, a perspectiva ecumênica, que tanto na dimensão intracristã como na inter-religiosa ganhou, nas últimas décadas, forte destaque nos ambientes teológicos, é fundamental para toda e qualquer experiência religiosa ou esforço teológico ou hermenêutico. Esta visão, quando vivenciada existencialmente e/ou assumida como elemento básico entre os objetivos, altera profundamente o desenvolvimento de qualquer projeto, iniciativa ou movimento religioso. Daí o interesse pelos estudos ecumênicos em seu sentido amplo.

O princípio pluralista contribui para a visibilidade da importância pública das religiões nos processos de promoção da paz, da justiça e da integridade da criação. Para isso, devemos pressupor a conhecida tríplice dimensão do ecumenismo: a unidade cristã, a partir do reconhecimento do escândalo histórico das divisões e de uma preocupação em construir perspectivas missionárias ecumênicas; a promoção da vida, firmada nos ideais utópicos de uma sociedade justa e solidária e na compreensão que eles podem reger a organização da sociedade integrando todos os de 'boa vontade'; e o diálogo inter-religioso, na busca incessante da superação dos confli-

tos, da paz e da comunhão justa dos povos. Portanto, o diálogo inter-religioso não é “uma” expressão ao lado do ecumenismo, mas o constitui em essência e proposta. Da mesma forma, seguindo a lógica decolonial, ocorre o interesse pelo aprofundamento da democracia, da cidadania e a defesa dos direitos humanos e da terra. Eles não são – ou não deveriam ser – uma opção dos movimentos inter-religiosos, mas constituem a sua base de ação.

O princípio pluralista nos leva a defender a visão de que cada expressão religiosa tem sua proposta salvífica e de fé, que devem ser aceitas, respeitadas, valorizadas e aprimoradas a partir de um diálogo e de aproximação mútuas. Assim, a fé cristã, por exemplo, seria reinterpretada a partir do confronto dialógico e criativo com as demais fés. O mesmo deve acontecer com toda e qualquer tradição religiosa.

Outro significado teológico das aproximações ecumênicas inter-religiosas é a referência utópica. A presença em conjunto de pessoas e de grupos com diferentes experiências religiosas e espiritualidades aponta para o futuro e, necessariamente, precisa estar deslocada do real. É a dimensão da imaginação. Este utópico, todavia, não é uma perspectiva linear e progressiva da história em que ela vai completando-se e conhecendo-se rumo a um sen-

tido único. Utopia, aqui, relaciona-se com uma atividade visionária que – a partir da dimensão do futuro – cria intervenções e rupturas no presente, agora. É o sonho que acampa o real, fazendo dele morada. Uma busca para fazer-lugar aquilo que permanece apenas como desejo, como movimentação. A utopia, o residir “no além” é “ser parte de um tempo revisionário, um retorno ao presente para redescrever nossa contemporaneidade cultural; reinscrever nossa comunalidade humana, histórica; tocar o futuro em seu lado de cá” (BHABHA, 2001, p. 27).

Quando comunidades religiosas, ainda que de forma incipiente, começam – movidas por uma utopia – a se unir em torno de uma proposta socialmente responsável e comum, isso se torna uma ação política e profética. A unidade gestada por formas de alteridade ecumênica, é, portanto, uma tarefa religiosa sublime e nos cabe identificá-la (ou mesmo as suas contraposições) nas diferentes linguagens religiosas.

A noção de polidoxia

O princípio pluralista também está em conexão com a noção de polidoxia, como Kwok Pui-Lan indicou em *Globalização, gênero e construção da paz* (2015). A

polidoxia possui importância na medida em que, no tocante às aproximações inter-religiosas ou outras formas de diálogo, evitaria interpretações e ações bipolares (do tipo ortodoxia versus heterodoxia, ou mesmo verdade versus heresia). Ela é constituída por intermédio da crítica e do desmascaramento do pensamento único, e compreendida (i) no contexto de multiplicidade das experiências e concepções que marcam a vida, (ii) na postura do “não saber” como questionamento das próprias certezas que perpassam as identidades rígidas, o controle dos corpos e os processos de exclusões e objetificações e (iii) na relação das concepções espirituais e/ou religiosas de divino ou de sagrado (TOSTES; RIBEIRO, 2000).

Considerando o contexto de hegemonia do amálgama Ocidente-modernidade-cristianismo-capitalismo (HALL, 1992), o conceito de polidoxia torna-se uma referência teológica importante para a construção de imaginários dialógicos no contexto das aproximações e diálogos inter-religiosos. A noção de polidoxia, como referido, visa a ultrapassar as visões dicotômicas, que em geral reforçam imaginários e práticas de corte fundamentalista ou, mesmo quando o contexto é de abertura, acabam por inibir a efetivação de diálogos inter-religiosos e culturais autênticos. Com ela, a abordagem teológica do plura-

lismo religioso, feita sob a égide do princípio pluralista, pode criar melhores condições de superação do binômio ortodoxia-heterodoxia, uma vez que este, em geral, gera formas excludentes de pensamento e ação.

Quando a heterodoxia é vista como heresia a partir de mecanismos coercitivos institucionais das diferentes religiões, e isto é bastante recorrente em variados contextos, os processos de exclusão se acentuam. No entanto, uma visão ambientada na polidoxia, o que em geral ocorre é o reforço da diversidade, da pluralidade e da fluidez e variedade da linguagem humana e suas falas acerca do sagrado. “A polidoxia insiste que nenhuma teologia ou credo pode exaurir o sentido de Deus e alegar infalibilidade doutrinal. [...] A polidoxia partilha a afinidade com a teologia apofática, que insiste que a natureza de Deus não pode ser plenamente descrita, e que só podemos falar a respeito do que Deus não é, em vez de sobre o que Deus é” (PUI-LAN, 2015, p. 75-76).

A polidoxia é, portanto, uma “potência destituin-te”, para usar uma expressão do renomado filósofo italiano Giorgio Agamben (2017), de continuação criativa da fé, mas como uma resistência à univocidade das narrativas, doutrinas, credos das tradições. Ela reforça a abertura aos processos da construção teológica construído às

margens, que, em geral, são descredibilizadas por aqueles que defendem a tradição como uma unidade plena e autossuficiente.

Como Pui-Lan ressalta, as identidades híbridas desafiam as noções da pureza identitária. A autora atenta para as armadilhas conceituais que muitas vezes surgem pelo caminho teórico. Para ela,

[...] a compreensão de identidade híbrida aponta para a formação da identidade como um processo dinâmico e fluido, de tal modo que as pessoas podem mudar ao longo do tempo como resultado da interação com outros. No diálogo interfé, às vezes há o receio de que perderemos nosso compromisso religioso se formos abertos a outras tradições. Esse temor, no entanto, baseia-se em uma compreensão estática do eu. Se compreendermos o eu como uma rede de relações a interagir constantemente com outras, seremos mais abertos à transformação e à mudança (PUI-LAN, 2015, p. 64).

Tal visão, em consonância com a noção de ambivalência de Homi Bhabha (2001), coopera para se evitar relativismos multiculturalistas que possam instrumentalizar o pluralismo religioso, assimilando-o à dinâmica do capitalismo globalizado. Para Pui-Lan, “quando se suprimem o contexto colonial e o corte político do hibridis-

mo, é possível ser facilmente cooptado para glorificar o pluralismo e a multiplicidade em nosso mundo globalizado, com livre movimento de comércio e de capital” (PUI-LAN, 2015, p. 67).

Com isso, por intermédio da polidoxia, é possível expor os limites da razão ocidental e reforçar a perspectiva de uma ética de alteridade. Ao demonstrar que a alteridade é constitutiva do ser – que, de fato, é sempre inter-ser – Pui-Lan mostra que o diálogo interfé é um canal de construção de uma cultura da solidariedade e da paz com justiça, bases adequadas para que as religiões e as espiritualidades estabeleçam práticas e concepções que reforcem a defesa dos direitos humanos e da terra e a busca da dignidade humana e da cidadania.

Dentro dessa lógica, o princípio pluralista realça elementos-chave da vivência religiosa e humana como a alteridade, o respeito à diferença e o diálogo e cooperação prática e ética em torno da busca da justiça em relação a grupos empobrecidos e subjugados pelas mais diferentes formas de dominação e pela busca do bem comum. A aproximação e o diálogo entre grupos de distintas expressões religiosas cooperam para que elas possam construir ou reconstruir suas identidades e princípios fundantes. Daí nossa ênfase no diálogo justo como condição imprescindível.

dível para se construir uma identidade autêntica, levando em conta os diferenciais de poder entre cada expressão religiosa. As diferentes perspectivas e expressões religiosas podem, a partir do diálogo, reconstruir permanentemente suas contribuições para o mundo, dentro dos critérios da justiça, da paz e da integridade da criação que marcam o processo político-teológico da libertação.

Entre os muitos aspectos decorrentes do equacionamento da delicada tensão entre libertação e gratuidade, destacamos, por exemplo, que a teologia necessita integrar e articular mais adequadamente as linguagens de natureza “sapiencial-integrativa” e as de caráter “crítico-dialético-profético” (SEGUNDO, 1995), superar os reducionismos antropológicos, que valorizam somente os aspectos mais racionais do ser humano, que podem também gerar formas de autoritarismos, idealismos e machismos, articular os temas especificamente existenciais com os políticos e sociais (GEBARA, 2010) e destacar o horizonte ecumênico necessário para a relevância teológica de toda e qualquer iniciativa nos campos prático e teológico, além da crescente valorização do pluralismo cultural e religioso (SANTA ANA, 2010).

Visando o aprofundamento teórico do princípio pluralista, procuramos em uma recente análise realçar a

circularidade teológica entre as noções de paradoxo, presentes em várias teologias contemporâneas, mas vistas aqui a partir de Søren Kierkegaard (1995) e Paul Tillich (1966), e o princípio pluralista. Trata-se do texto “A circularidade teológica entre a noção de paradoxo e o princípio pluralista” (2020a), cuja intenção foi demonstrar que a concepção teológica de paradoxo favorece o alargamento conceitual do princípio pluralista, pois representa uma fonte de situações e decisões existenciais que cria e reforça interpretações plurais, mas, é, ao mesmo tempo, favorecida por ele, na medida em que por intermédio das visões de alteridade ecumênica e de polidoxia, duas de suas mais destacadas bases, pode ser melhor compreendido.

Baseado nos aspectos até aqui descritos, temos reafirmado que a vocação ecumênica própria do princípio pluralista indica que o caráter de apologia, de sectarismo ou de exclusivismo são ou devem ser evitados. Deus é sempre maior do que qualquer compreensão ou realidade humana. Age livremente, em especial na ação salvífica. Nesse sentido, do ponto de vista da fé cristã, não é preciso estar excessivamente preocupado em descobrir quem é ou será salvo (para utilizar o imaginário comum dos cristãos); mas quem é e o que representa Jesus Cristo

para a comunidade cristã e como tal perspectiva incide nos diálogos e cooperações inter-religiosas.

O princípio pluralista, em função de seu caráter relativizador, contribui para os processos de recuperação do sentido da gratuidade e nos leva à indicação da presença – e, ao mesmo tempo, à necessidade – de uma espiritualidade que possa corresponder aos processos sociopolíticos decoloniais de aprofundamento democrático, de consolidação de direitos, de crítica às mais variadas formas de dominação, e à busca de alternativas à lógica imperial econômica. Tais visões de espiritualidade se expressam em aspectos práticos e concretos da vida social e política, como os processos de defesa da justiça social e econômica, dos direitos humanos e da terra, da cidadania e da dignidade dos pobres. Elas reforçam, não obstante suas limitações e ambiguidades, espaços de consciência social, alteridade, coexistencialidade, cordialidade, hospitalidade, humanização e integração cósmica (TEIXEIRA, 2017).

Aplicações do princípio pluralista

O pluralismo religioso

As bases conceituais do princípio pluralista têm nos ajudado a compreender melhor o quadro de pluralidade religiosa, especialmente as relações complexas e reveladoras que surgem entre a vida cotidiana e as expressões de fé. Entre os vários esforços feitos nesta direção, destacamos dois textos. O primeiro exemplifica a aplicação deste princípio e, em certo sentido, dá um balanço em questões que consideramos prementes nos estudos sobre o pluralismo religioso. Trata-se de “Dupla e Múltipla Perтенça Religiosa no Brasil” (2018), onde indicamos elementos que possibilitam avaliações mais apuradas dessas experiências.

Entre tais elementos, destacamos na análise: (i) o dado conjuntural de maior atenção ao destaque que o crescente quadro de pluralismo religioso tem para a vida das pessoas e grupos, o que lhes possibilita maiores informações e mais fácil acesso às diferentes propostas religiosas; (ii) a importância de se pensar criticamente o quadro de pluralismo religioso, não a partir do conceito moderno

de religião, em geral compartimentalizado, racionalizado e formal, mas a partir de como se dá efetivamente a relação entre vida cotidiana e expressões de fé; (iii) a verificação de que tais experiências são vividas em espaços de fronteiras e nos entre-lugares das culturas onde brotam os novos signos que colaborarão e contestarão as definições e ideias sobre as sociedades; (iv) o reconhecimento de que a matriz cultural e religiosa brasileira, em razão de ser ela marcada historicamente por elementos mágicos e místicos, fruto de uma simbiose das religiões indígenas, africanas e do catolicismo ibérico, facilita os processos de dupla ou múltipla pertença religiosa; e (v) a constatação de que o trânsito religioso se dá não apenas na migração de uma religião para a outra, mas também na recomposição simbólico-cultural de diferentes sistemas de crenças, o que torna um fator gerador de dupla ou múltipla pertença.

Em relação a este último aspecto, destacamos também que a reconfiguração do campo religioso se expressa em diferentes tipos de vivência religiosa: (i) o que afirma determinada pertença e admite experimentar outras expressões religiosas; (ii) o que, por motivos externos nem sempre confessáveis, declara uma religião mas exerce outra; (iii) o que harmoniza e integra, relativamente bem,

mais de uma tradição religiosa; (iv) o que não adere a uma religião específica, mas transita por mais de uma; e (v) aquele que, mesmo mantendo a sua pertença religiosa, articula elementos simbólico-rituais de outras religiões.

No entanto, é muito importante ressaltar que o próprio termo “dupla ou múltipla pertença”, embora muito usado academicamente, parece em boa parte das vezes não ser totalmente preciso, uma vez que as pessoas em questão nessas experiências não se sentem necessariamente como protagonistas de algo que seja duplo ou múltiplo. Há, por exemplo, muitas pessoas de Candomblé que se sentem cristãs e, de fato, não saberiam ser cristãs de outra forma que não a que articula intimamente e com certa harmonização práticas de ambas as tradições. Trata-se de uma articulação interna do fiel como se fosse um diálogo espiritual de cada pessoa consigo mesma e com a totalidade da vida que está ao seu redor, incluindo vivências não explicitamente religiosas (BARROS, 2019). Alguns grupos têm preferido se referir à “múltipla participação religiosa” ou expressões similares. Essa interação integradora possibilita um amálgama espiritual e santo que não é em si dupla pertença. É outro modo de se viver a fé, o que alguns chamam de uma espiritualidade trans-religiosa (ARAGÃO, 2016).

Além desse quadro, a experiência religiosa brasileira foi e tem sido fortemente influenciada por uma espiritualidade de cunho imagético e por narrativas míticas que se constituem mais por um conjunto de cosmovisões e experiências orientadas pela espontaneidade e sem maior rigor institucional do que por um corpus teológico sistematizado. Sem possuir contornos fixos, as novas espiritualidades se multiplicam, com traços flutuantes, dispersos e plurais. Muitos deles situam-se nas fronteiras e cruzamentos da religião com a medicina, a arte, a física, a filosofia, a psicologia, a ecologia e, especialmente, com a economia (RIBEIRO; CATENACI, 2017). Tais formas de espiritualidades respondem a dimensões muito variadas do dado antropológico. A racionalidade própria dos movimentos sociais de defesa dos direitos humanos e de busca da cidadania, e também a de setores acadêmicos, nem sempre possibilita que tais grupos possam estar atentos a estas novas-antigas formas de espiritualidades.

O fato é que no campo religioso encontramos, nas últimas décadas, intensas transformações. Ao olhar mais detidamente para o quadro religioso brasileiro, por exemplo, verifica-se que há um crescente número de pessoas que desejam a experiência da fé sem a necessidade de submissão às instituições religiosas ou mesmo sem ade-

são forte à vivência religiosa comunitária (TEIXEIRA & MENEZES, 2013). Na fé privatizada, cada pessoa escolhe no que deseja crer, onde e como exercer a experiência religiosa, não obstante os instrumentos e mecanismos ideológicos e massificantes que marcam esse cenário. No entanto, tais expressões quase sempre são acompanhadas por dimensões públicas e articuladas com aspectos políticos.

O quadro religioso tem apresentado tais características e, além disso, tem sido fortemente marcado por elementos de massificação e de reprodução de formas intimistas e com lógicas consumistas, de ascensão social e de prosperidade econômica e material no âmbito individual e familiar. As práticas de marketing, em geral aliadas aos interesses do sistema econômico, apropriam-se de discursos religiosos para seus fins e vice-versa. Assim, muitas pessoas passam a viver a experiência religiosa apenas ou preponderantemente com o recurso do rádio, da TV e da internet. Não obstante isso, ao mesmo tempo, diversas formas religiosas comunitárias se mantêm ou ressurgem com vínculos e compromissos sociais quer seja dentro de uma linha de humanização e de transformação social que vise à cidadania, à conquista de direitos, à sustentabilidade ecológica e demais aspectos da perspectiva de justiça

social, quer seja a partir de elementos de manutenção do status quo. Trata-se de um processo ambíguo e marcado por contradições que diversifica intensamente o quadro religioso.

Em termos do campo cristão brasileiro, temos elencado uma série de questões que somente poderiam ser melhor equacionadas se as práticas das igrejas fossem desenvolvidas mais livremente, sem engessamentos ou amarras institucionais, em formas de redes ecumênicas mais amplas, que envolvessem pessoas e grupos no interior das igrejas e de fora delas. O ecumenismo formal das igrejas tradicionais deixa de beber de fontes preciosas advindas das experiências de uma série de pessoas e grupos que em geral estão fora da institucionalidade eclesiástica ou ecumênica. Com o princípio pluralista procuramos dar visibilidade, por exemplo, ao número significativo de pentecostais e batistas que atuam em áreas periféricas como favelas e ocupações rurais e urbanas, comunidades evangélicas inclusivas que integram pessoas homoafetivas na dinâmica eclesial, incluindo o ministério pastoral, grupos de juventude ecumênica que transitam por diferentes expressões religiosas cristãs e não cristãs, e que propõem novas pautas políticas e pastorais, fóruns inter-religiosos em torno de místicas ou de discussão de políticas públicas

orientadas pela laicidade do Estado, grupos de mulheres, católicas e evangélicas, que lidam com situações complexas e cotidianas em torno da corporeidade, da sexualidade e da liberdade, lideranças negras que discutem formas de inculturação da fé, articulação de grupos que debatem situações concretas em torno dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA), círculos e espaços teológicos autônomos. Ecumenismo e crítica teológica têm de fundamentalmente ser feitos por estes grupos. O Papa, os bispos, os fóruns eclesiásticos, no campo cristão, e as lideranças das religiões em geral, podem ajudar, mas dificilmente compreenderão ou aceitarão os princípios radicais de uma autêntica reforma religiosa inspirada no princípio pluralista.

Se ouvíssemos as vozes dos grupos aos quais nos referimos, muito provavelmente manteríamos no horizonte a perspectiva de libertação sociopolítica, firmada na visão evangélica do valor dos pobres e na lógica de “outro mundo possível” dentro das referências de uma sociedade justa e participativa para além da democracia formal. No entanto, considerando o princípio pluralista, seríamos mobilizados para também dar outros passos. Por diferentes razões, mas todas elas calcadas em certa sensibilidade com os “sinais dos tempos”, como se espe-

ra de uma teologia ecumênica pluralista, alguns aspectos podem ser indicados. Como exemplo, poderíamos lembrar o desafio do cultivo de espiritualidades ecológicas devido à crise de sustentabilidade da vida, o de espiritualidades ecumênicas em função da valorização do pluralismo religioso crescente hoje na sociedade, o de espiritualidades inclusivas, em especial movidas pelo lugar e pelo valor da sexualidade humana no processo teológico por ser elemento estrutural da vida, e o de espiritualidades comunitárias nas quais a vivência em comunidade realce a gratuidade, a liberdade e autenticidade humana como contraponto às formas de violência, de individualismo, de consumismo, de insensibilidade humana e de segregação. Nas próximas décadas, a não ser que haja processos repressivos que comprometam o livre exercício democrático, estas visões religiosas tenderão a ser fortalecer, mesmo em convivência simultânea e tensa com formas religiosas de caráter mais sectário, fundamentalista ou piedoso.

Outro aspecto de destaque no quadro religioso brasileiro atual é o simultâneo e igualmente ambíguo crescimento dos fundamentalismos e do pluralismo religioso (TEIXEIRA, 2008). Não obstante o fortalecimento institucional e popular de propostas religiosas com acentos mais verticalistas, em geral conflitivas, fechadas ao diálogo,

marcadas por violência simbólica e de caráter fundamentalista, o campo religioso tem experimentado também formas ecumênicas de diálogo entre grupos religiosos distintos. Pressupomos um tipo de fundamentalismo, mais associado a certa refutação religiosa das perspectivas antropológicas que levam em conta as formas de evolução do universo e da vida humana e as explicações mais racionais da vida, assim como reações contra posturas mais abertas no campo da sexualidade, especialmente no que se refere ao direito das mulheres ao próprio corpo e ao prazer e também à homoafetividade. O quadro religioso, portanto, é variado, complexo e de difícil compreensão.

No segundo texto, “O Catolicismo brasileiro visto sob a ótica do princípio pluralista” (SERRA; RIBEIRO, 2020), analisamos o quadro da diversidade católica romana no contexto brasileiro com o recurso ao princípio pluralista. Ele, como visto repetidas vezes aqui, é um instrumental de análise do pluralismo religioso que, a partir dos estudos culturais decoloniais, prioriza o olhar das realidades socioculturais e religiosas a partir dos entre-lugares e fronteiras das culturas, sobretudo de grupos invisibilizados e subalternizados, e não a partir de identidades fixas, formais e institucionalizadas.

Enfatizamos nesta análise a pluralidade multidimensional do Catolicismo romano, cuja variação e pluralização interna é o resultado de uma dinâmica de disputas, resistências e negociações. Esse processo é complexo e permanente e se dá com descontinuidades e continuidades, rupturas e reapropriações que se articulam histórica e sociologicamente, por vezes com certo ineditismo.

Destacamos a pluralidade interna nos modos de “ser católico” e de “ser igreja”, mostrando o entrecruzamento e a multiplicação de identidades e modos de pertencimento, não isentos de silenciamentos e invisibilizações de diversas práticas, sobretudo as que realçam as questões de gênero, da sexualidade e as que estão em torno das culturas afro-indígenas. Aqui residem vários exemplos como a chamada “missa afro”, as teologias feministas, queer, negras e indígenas, diversas pastorais inseridas na institucionalidade eclesial, como a pastoral afro-brasileira e o acompanhamento das Comunidades Eclesiais de Base, e organizações paraeclesiais como Católicas pelo Direito de Decidir e a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT.

Por fim, identificamos, com variados exemplos, os modos de “ser Igreja” no mundo, e com o mundo, engendrados a partir da tensão entre perspectivas ecle-

siológicas distintas e concomitantes, que se fortalecem e se confrontam em torno dos enrijecimentos institucionais por um lado e da capacidade crítica, criativa e construtiva dos diferentes grupos que a compõem, por outro.

Com o princípio pluralista, as análises podem se tornar mais consistentes por levarem em conta e se sentirem constantemente desafiadas pelas novas visões sociais, políticas e científicas e pelas demandas que a sociedade apresenta. As análises não podem se confinar aos dogmatismos eclesiásticos ou científicos que travam a visão crítica, e nem às visões que não consideram detidamente as mudanças culturais e científicas na forma de compreender o mundo. Ao recorrer à hermenêuticas diatópicas e passar por revisões, críticas e autocríticas, próprias do princípio pluralista, por exemplo, a visão teológica e os estudos de religião terão melhores condições de serem iluminadores de novas práticas e de novas perspectivas conceituais.

A teologia ecumênica das religiões

As bases conceituais do princípio pluralista também têm nos oferecido elementos para contribuir com a teologia ecumênica das religiões. Em várias produções

anteriores já havíamos procurado desenvolver esta tarefa e, agora, destacamos um texto recente que exemplifica a aplicação deste princípio. Trata-se de “Modelos de interpretação teológica das religiões: crítica e proposição” (2020), escrito em conjunto com Alonso Gonçalves. Nele, baseados no princípio pluralista, sistematizamos a crítica às primeiras tentativas de classificação das posturas teológicas diante do desafio de compreender as religiões, que se deram a partir de três conhecidas perspectivas: exclusivismo, inclusivismo e pluralismo.

De fato, a teologia das religiões, desenvolvida no campo cristão, tanto em setores católicos-romanos quanto protestantes, tem procurado fazer as melhores adequações, em termos de posições e concepções teológicas, diante da realidade incontestada da pluralidade das religiões e suas tradições, ritos, doutrinas, moralidade e ética e como elas se relacionam entre si. No entanto, embora de importância histórica e singular, tais perspectivas têm sido consideradas limitadas e discutíveis por diferentes motivos. O principal deles é que elas são, em certo sentido, reféns do conceito moderno de religião e, por isso, não abarcam a complexidade e a variedade presentes no quadro de diversidade religiosa, sobretudo as formas de espiritualidades de grupos subalternos, em geral com per-

fis holísticos e integradores tendo em vista os diferentes campos da cultura e da vivência humana.

As críticas à concepção moderna de religião, em especial como tal visão reduz “religião” a um “escaninho” compartimentalizado da vida, poderão ajudar a compreender mais facilmente o quadro, muitas vezes ocultado, das experiências de múltiplas participações religiosas, assim como diversas particularidades das espiritualidades e vivências religiosas, especialmente no campo popular.

Na visão moderna ocidental, a religião seria um âmbito específico da vida (e não a vida como um todo ou algo integrado na totalidade dela). A religião seria o resultado de escolhas racionais, ainda que não exclusivas, mas com certo recorte institucionalizado e com uma organização sistematizada e formal (GIUMBELLI, 2014). No entanto, a vida não é assim! O universo simbólico das culturas brasileiras, especialmente no campo popular, não comporta essa rigidez e reducionismo. O pluralismo religioso que marca a sociedade na atualidade requer para a sua melhor compreensão uma crítica desse conceito moderno.

Em geral, tal concepção olha as experiências religiosas dentro de um cânon de racionalidade que determinou uma área específica da vida, sem levar em conta

as experiências totalizantes, que moldam estilos de vida, culturas e formas de agir. Essa visão foi amalgamada com o desenvolvimento político e filosófico do que ideologicamente se convencionou chamar de o Ocidente.

Stuart Hall, figura de destaque dos estudos culturais, em seu livro *Formations of Modernity* (1992), articula a construção do "Ocidente", usando a criativa expressão "O Ocidente e o Resto" (*West and Rest*). Tal concepção é formada por um padrão de pensamento e de linguagem que, desde a sua gênese, é marcada por relações econômicas de dominação. As análises científicas sobre o pluralismo religioso e sobre os decorrentes diálogos ou conflitos que emergem deste quadro não podem, a nosso ver, prescindir desta perspectiva. Mesmo porque, para se usar uma expressão popular: ninguém entende mais do "resto" do que os grupos que cultivam formas excludentes e sectárias que marcam as identidades rígidas, ideológicas e conflitivas presentes no cenário de pluralismo religioso. No entanto, mesmo as experiências de diálogo inter-religioso, ainda que abertas e marcadas por lógicas de alteridade, também estão sujeitas à reprodução dos imaginários que surgiram com a formação do Ocidente. Há necessidade de se repensar tais visões.

Ainda que as categorias sejam diversas, há um consenso de que a pluralidade religiosa convoca e provoca a teologia a refletir sobre a questão do pluralismo religioso abordando seu aspecto dialógico, não obstante a intensa conflitividade nele presente. Daí a importância de bases dialógicas dentro da visão teológica plural, e de perspectivas críticas e propositivas na linha do diálogo com os estudos culturais decoloniais, bases do princípio pluralista.

Os estudos de religião no Brasil

Outra aplicação que fizemos do princípio pluralista foi em relação aos estudos de religião no Brasil. A análise, com o título "O princípio pluralista como elemento articulador de pesquisas na área Ciências da Religião e Teologia" (2019), foi desenvolvida considerando o debate epistemológico que tem se dado no contexto da Área Ciências da Religião e Teologia no Brasil. O objetivo principal das avaliações feitas foi observar as relações entre essas duas frentes (ou disciplinas, como também são chamadas), levando em conta o que tem sido refletido por diferentes grupos e observando o princípio pluralista, aqui descrito.

Nossa pressuposição é a de que tal princípio, devido às suas bases conceituais oriundas dos estudos culturais decoloniais, pode oferecer maior visibilidade ao poder criativo das fronteiras que existem entre as duas frentes em questão na análise feita e pode facilitar as reflexões de ambas ao ser um elemento articulador das pesquisas, sobretudo aquelas motivadas por realidades, temáticas e situações forjadas pelos “entre-lugares das culturas” e por experiências fronteiriças.

O passo metodológico principal da pesquisa foi o cotejamento do princípio pluralista com aspectos de destaque evidenciados no Documento da Área Ciências da Religião e Teologia (2019) da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão que acompanha e avalia o Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro. Deu-se atenção especial a temas e subtemas da Área, conhecido como “árvore do conhecimento”, e aos perfis dos egressos pós-graduados nessas duas frentes. Entre as perspectivas conceituais, priorizamos: (i) as noções de diálogo multi, inter e transdisciplinar e a valorização da pluralidade metodológica, (ii) a preocupação específica com a diversidade religiosa e (iii) o caráter positivo, prático e de inserção social inerente ao princípio pluralista.

Neste percurso, procuramos identificar as linhas de pesquisa da Área que destacam dimensões e concepções plurais. Entre as muitas ênfases e eixos, listamos: (i) Pluralismo, diálogo e cooperação inter-religiosa; (ii) Religião, gênero e sexualidade; (iii) Teologia e economia; (iv) Experiência religiosa, cultura e empoderamento de grupos subalternizados; (v) Teologia e ecologia; (vi) Religião, linguagem e literatura; (vii) Ensino religioso e laicidade do Estado; (viii) Pluralismo religioso, democracia e direitos humanos; (ix) Religião, racismos, sexismo e homofobismo; (x) Transreligiosidade, cotidiano, sensações e mídia; (xi) Diversidade religiosa (pentecostalismos, catolicismos, múltiplas pertencças, tradições e sabedorias religiosas, cristãs e não cristãs); (xii) Textos e linguagens de tradições não cristãs; (xiii) Mística e teologia; (xiv) Pluralismos e fundamentalismos. Para um aprofundamento do debate epistemológico da Área Ciências da Religião e Teologia, consideramos importante uma atenção especial às linhas de pesquisa acima indicadas e como elas equacionam as questões fronteiriças das duas frentes em questão. O mesmo se dá para o aprimoramento teórico do princípio pluralista.

Para os estudos de religião, o que temos levado em conta é a complexidade da realidade, não somente

religiosa, mas também sociocultural. Há um ritmo acelerado das mudanças culturais em curso que engendram novas características no quadro de pluralismo. Os efeitos dos processos de globalização são amplos e diversos e acentuam a velocidade das alterações culturais, e geram certo ineditismo nas mais recentes configurações religiosas e nas crescentes formas de hibridismo, que se fortalecem nas áreas fronteiriças e nos entre-lugares das culturas (MOREIRA, 2008).

Em nossas análises, a dimensão de fronteira se realça por variadas razões. A primeira delas está ligada às intercomunicações entre diferentes experiências religiosas. A diversidade interna de cada tradição religiosa envolvida no conjunto das experiências religiosas e as relações assimétricas de poder que possuem na sociedade brasileira revelam espaços fronteiriços em boa parte inéditos e de difícil compreensão. Tal pluralidade acarreta diferentes formas de exercitar a fé, seja no campo político, nas compreensões éticas ou na visão sobre os espaços públicos. Isto ocorre no interior de um mesmo grupo religioso, além das diferenças entre eles, o que faz do quadro de pluralismo religioso mais diversificado do que usualmente imaginamos. Nossa pressuposição é a de que, se não re-

correremos ao princípio pluralista nas análises, as possibilidades de reducionismos e incompreensões são grandes.

As fronteiras se dão também na medida em que as diferentes expressões religiosas no Brasil, assim como a diversidade interna de cada grupo religioso, possuem diferentes e mutáveis compreensões políticas e variadas visões de mundo, muitas vezes até mesmo antagônicas. Além disso, a maioria das experiências religiosas e inter-religiosas no país tem mantido ora um forte apelo de manutenção do status quo, ora é constituída de forte crítica social e estabelece, dessa forma, uma complexa relação entre religião, política e economia.

Esse quadro desafia intensamente os estudos sobre o pluralismo religioso e a relação dele com a sociedade. Nossa consideração é que eles, se efetuados sob o princípio pluralista, precisariam seguir a compreensão de que toda e qualquer ação ou reflexão sobre democracia e/ou direitos humanos, típicas da visão decolonial, requer análises mais consistentes e posicionamentos mais nítidos acerca das questões que lhe são mais diretamente relacionadas. A lista não é pequena, mas destacamos o combate aos racismos, ao sexismo e ao homofobismo e a crítica ao sistema capitalista como produtor de desigualdades sociais, violência e pobreza. Realçamos que não se

trata de questões paralelas, uma ao lado da outra, mas, sim, de um amálgama e entrelaçamento sociocultural que necessita de permanente e profunda crítica ao sistema econômico, com foco na reflexão e ação sobre as causas das divisões que acontecem na sociedade. No caso das religiões no Brasil, tanto pelas históricas dificuldades no tratamento de tais questões quanto pela riqueza teológica de vários grupos que reagiram aos processos dominantes e se colocaram francamente a favor do aprofundamento da democracia e dos direitos, esse processo avaliativo, reflexivo e propositivo torna-se cada vez mais imperativo para os estudos de religião.

Espiritualidade integral e ecológica

Uma quarta aplicação que fizemos se encontra em “Espiritualidade integral e ecológica e o princípio pluralista” (2018). O texto apresenta os resultados da pesquisa no tocante às análises sobre pluralismo antropológico, especificamente sobre a visão do ser humano quando realçadas as suas múltiplas relações com a natureza e com o cosmo. Metodologicamente, foram efetuadas duas abordagens teóricas no campo da ecoteologia latino-americana. A primeira a partir de análises teológicas de Leonardo

Boff, especialmente as noções de panenteísmo e pericorese, e a segunda a partir do conceito de relacionalidade, apresentado pela teóloga Ivone Gebara. Além dele, há o destaque para a epistemologia ecofeminista por ser inclusiva e holística, especialmente a suposição de que a experiência mais profunda que o humano compartilha é a de interdependência recíproca entre todos os elementos do cosmo. Ambas as abordagens cooperam com a elucidação do princípio pluralista.

Nossa pressuposição é que as visões acerca da espiritualidade têm sido majoritariamente marcadas nas igrejas cristãs e, também, em outros grupos religiosos, por uma concepção acentuadamente individualista. Associados a esta característica encontramos certo desprezo do cuidado com a natureza e uma desconsideração da criação como um todo, das relações sociais e comunitárias e do compromisso com a vida, com a justiça, com a paz e com os destinos políticos da história. Trata-se de uma tendência. Isso, por exemplo, não é tão comum nas espiritualidades e tradições afro-brasileiras e orientais.

Nossa perspectiva teológica e prática, forjada sob o princípio pluralista, considera que para se reverter o referido cenário é necessária a elucidação de uma perspectiva que realce a dimensão ampla e integral que a salvação

possui. Obviamente, vários esforços teológicos precisam ser feitos, devidamente articulados com aspectos práticos que possibilitem essa nova visão. O campo da cooperação inter-religiosa é fértil para tais perspectivas.

Elas estão baseadas na visão, imprescindível para o futuro da humanidade, de uma espiritualidade que seja valorizadora da vida, sensível ao cuidado com a natureza e com os pobres, que diga respeito ao todo, aberta aos mistérios do universo e atenta aos principais desafios sociais e políticos que hoje se apresentam ao mundo. Tais sinais revelam uma abertura à sensibilidade com os outros e à cooperação e respeito à vida humana e à natureza. Com isso, pode se perceber o mundo natural, material e humano como fontes vivas de energia e caminhar em direção à resposta ao chamado à comunhão entre eles. A contribuição da fé cristã à ecoespiritualidade, como visto, é fundamental para as dimensões de integração pessoal, comunitária e ecológica, assim como é vital para a sobrevivência da biosfera (BOFF, 2015) (BOFF; HATHAWAY, 2012). Para o amadurecimento do diálogo e da cooperação inter-religiosa tais elementos se tornam imprescindíveis.

Em conexão direta com tais perspectivas está a teologia ecofeminista. Em termos antropológicos, ela

ênfatisa a relacionalidade, tanto na dimensão coletiva presente na realidade de vida de cada pessoa, quanto na dimensão cósmica, uma vez que o humano está integrado na imensidão do mistério que sustenta a vida. Ou seja, a relacionalidade se refere às forças vitais que determinam a mútua conexão humana e a dos humanos com a terra. Ela é uma condição fundamentalmente humana e cósmica, age como uma força que une o humano à terra, e o impulsiona para ações éticas e experiências religiosas autênticas. A relacionalidade faz emergir a questão fundamental da epistemologia ecofeminista que permanentemente se pergunta a que experiência uma certa afirmação se relaciona com a realidade. Tal questionamento desconstrói a concepção do conhecimento como um processo linear e de poder, e o descreve como uma circularidade, onde as pessoas e grupos, em suas diferentes culturas e entre-lugares, continuam a adicionar experiências, sobretudo cotidianas, que podem alterar o conhecimento que foi utilizado no ponto de partida. Uma epistemologia ecofeminista pretende ser inclusiva e holística (GEBARA, 2017). Daí a importância dela para o princípio pluralista.

Corporeidade e sexualidade

No caso da aplicação do princípio pluralista para a análise teológica de questões de fundo antropológico, reconhecemos que temos no presente momento apenas uma limitada contribuição no campo da pesquisa. Um balanço do nosso trabalho transparecerá bem essa limitação. Nosso desejo seria pensar teologicamente aspectos cruciais da vida humana e do cosmo, em uma linguagem nova, criativa, que pudesse fazer jus aos anseios e sonhos que alimentam milhares de pessoas no cotidiano. Reconhecemos que estamos distantes desta realização. Outras pessoas e grupos oferecem contribuições relevantes nestes aspectos e nem temos dado conta de segui-los.

O que temos feito até aqui é realçar que o princípio pluralista possui e reforça uma visão antropológica aberta, marcada por identidades em construção. Isto requer uma nova linguagem teológica, ancorada nas expressões da corporeidade, da sexualidade e dos desejos e associada às formas de vida marcadas pela sensibilidade, pela afirmação da diferença e pelo empoderamento de grupos subalternizados como os de homossexuais, indígenas, trabalhadores e trabalhadoras rurais, grupos de base, espe-

cialmente de mulheres, de negros e de jovens (GEBARA, 2010).

Tal visão gera formas de espiritualidades centradas na realidade corporificada no cotidiano, tanto nas dimensões de prazer como nas de dor, incluindo as mudanças e os processos do corpo, da vida pessoal, da autoafirmação e, ao mesmo tempo, conectada aos compromissos sociais e atividades políticas delas decorrentes. Dessa espiritualidade surgem as possibilidades de afirmação do corpo, tanto em seu poder erótico como em seu poder criativo de dar a vida e de ser fonte de cura e prazer.

Em “O princípio pluralista, corporeidade e sexualidade” (2020a), procuramos identificar estas bases conceituais que introduzem criticamente na teologia latino-americana o valor de dimensões antropológicas que estão em torno da corporeidade, da sexualidade e do prazer, em geral desprezadas pelas leituras teológicas hegemônicas. Metodologicamente, foi estabelecida a interação do princípio pluralista com a produção teológica feminista e queer latino-americanas, especialmente as de Ivone Gebara (2017), Marcella Althaus-Reid (2000) e André Musskopf (2012), e com a teopoética de Rubem Alves (1982). A reflexão teológica sobre corporeidade, sexualidade e prazer tem o seu histórico na contribuição das teologias feminis-

tas e queer, sobretudo as formuladas no contexto latino-americano. O debate mostra que as definições acerca do corpo e das práticas sexuais, explícitas ou não, quer sejam vivenciadas em contextos de prazer, autenticidade, afeto e festividade, quer em formas sublimadas, repressivas e violentas, são bases constituintes e definidoras da realidade e se revelam nas fronteiras e entre-lugares das culturas. Daí a importância delas para a reflexão teológica dentro do princípio pluralista.

O esforço teológico em buscar novas imagens de Deus está centrado nas expressões de fé que estejam preocupadas com as situações de opressão e de violência, que marcam a vida de parcelas consideráveis da população, especialmente mulheres, e também nas dimensões do prazer, da festividade e dos afetos. Tais expressões do sagrado, despidas de androcentrismos e as consequentes formas de patriarcalismos, sexismos e heteronormatividades, promovem a cura, valorizam o corpo, a sexualidade, o cuidado e a proteção da natureza com uma consequente responsabilidade ética pela criação. Aliás, tal perspectiva estabeleceria saudáveis conexões com as espiritualidades e cosmovisões indígenas e africanas, uma vez que elas, não obstante as ambiguidades e contradições de todos os agrupamentos humanos, possuem imagens

divinas menos autoritárias, que habitam ou se revelam no meio da comunidade, e se baseiam em visões de inter-relacionalidade, de solidariedade e de maior respeito às pessoas e à natureza.

As dimensões do lúdico e da festividade

Em nossas pesquisas sobre a elucidação do princípio pluralista, temos percorrido uma complexa trajetória que passa pelo debate em torno do pluralismo metodológico no contexto da teologia latino-americana, centra-se nas questões relativas ao pluralismo religioso e culmina com dimensões do pluralismo de caráter antropológico, ampliando, assim, nosso foco de análise. No campo antropológico, consideramos ser necessário, entre outros aspectos, o aprofundamento de reflexões sobre a dimensão lúdica e da festividade, que marcam a vida humana e, de maneira especial, a pluralidade das experiências religiosas, uma vez que as reflexões teológicas têm sido majoritariamente conceituais e sistemáticas.

Nossos esforços têm sido no sentido de realçar como o princípio pluralista está presente em perspectivas teológicas críticas, sobretudo aquelas que prezam (i) pelas dimensões da subjetividade humana, sem tanta visibilidade

de no debate teológico, (ii) pela valorização da pluralidade das experiências, boa parte delas vividas nos entre-lugares das culturas que incidem no cotidiano das pessoas, e (iii) pela visão crítica que tais vivências podem forjar, mesmo que não pelo viés linear e racionalista. Consideramos que o princípio pluralista é, ao mesmo tempo, devedor destas visões teológicas críticas e criativas, e pode ser, ainda que modestamente, um elemento de aprofundamento de tais perspectivas.

Nesta direção, em “O princípio pluralista diante das dimensões do lúdico e da festividade” (2020b) procuramos destacar narrativas teológicas que foram forjadas nas expressões dos desejos humanos. Elas estão associadas às dimensões lúdicas e místicas de formas de vida marcadas pela festividade, pela alteridade, pela afirmação da diferença, pela linguagem narrativa e poética e pelas expressões de grupos subalternizados que, nos entre-lugares de suas culturas, revelam visões plurais e criativas de vida (BINGEMER, 2013).

Realçamos o valor das teologias narrativas e da teopoética, que representam visões de recriação da linguagem teológica, com elementos simbólicos e de forte apelo existencial que traduzem concepções teológicas fundamentais da fé. Metodologicamente, procuramos se-

guir na trilha de pensar a vida e as experiências religiosas a partir do lugar criativo e propositivo dos entre-lugares e fronteiras das culturas, assim como estar atentos à perspectiva dos estudos culturais decoloniais que destaca a tríplice demanda de decolonialidade do poder, do saber e do ser. Para isso, nos esforçamos em articular o princípio pluralista com visões antropológicas que valorizam o lúdico e a festividade, sobretudo o legado de Rubem Alves, uma vez que tais dimensões constituem intensa força mobilizadora da vida.

Outro autor que contribui nestas reflexões é Giorgio Agamben. Em linhas gerais, ele realça o valor da poesia, do jogo e do lúdico como redimensionamento da linguagem. O autor questiona os processos reducionistas que esvaziam a poíesis em função da práxis (AGAMBEN, 2014). Ele opõe arte interessada e arte desinteressada, sendo essa de potencial criativo e autenticamente artístico. Tal oposição não ocorre de forma dualística, pois todo o empreendimento filosófico do autor é de fugir das formulações binárias, mas de introduzir as visões sobre a arte em uma atmosfera de ambivalência e tensão criativa. No tocante à política, ele traça o caminho da negatividade, do "não fazer", da inoperosidade criativa, de se pensar

o fazer político fora da esfera do Estado e do poder soberano que nele está amalgamado.

A potência, na inoperosidade dos atos, não está desativada. Esse aspecto é muito importante em nossas reflexões devido à dimensão propositiva do princípio pluralista, especialmente o caráter de empoderamento dos grupos subalternos. Ao contrário, a inoperosidade coincide com o “contemplar”, o “fazer a festa”, o tempo não-linear-festivo, o preferir-não-fazer, a festividade e, com isso, se dá a libertação dos corpos de seus movimentos utilitários e repressivos e um desvelamento de novos usos para as obras humanas, para além de dispositivos de controle. Trata-se de uma “potência destituente”, ao mesmo tempo natural e política, fruto da contemplação na qual “a obra é desativada e se torna inoperante, sendo assim restituída à possibilidade, aberta a um novo uso possível” (AGAMBEN, 2017, p. 277).

Agamben, com a noção de inoperosidade, que desativa e desvela novos usos das obras humanas, e com a concepção de potência destituente, que permite desativar e impedir o poder constituído rompendo a sua dialética com o poder constituinte e com formas de racionalismo que não valorizam a corporeidade, a imaginação e as ar-

tes, mostra “o outro lado da moeda” da vida, desnudada e transparente.

O lúdico, a poésis, o riso, a ironia, o choro, as intuições, a capacidade de imaginação, a admiração extática das artes, o olhar contemplativo, os arrepios do corpo, ambientados nas noções agambenianas de inoperosidade e de potência destituente, formam um amálgama que desativa poderes constituídos e relativiza formas de alternância do poder que perpetuam visões coloniais.

O lúdico faz deslumbrar o novo, aquilo “que vem”, o sonhado. O futuro antecipado pela compreensão utópica cria, com a dimensão lúdica, outro tipo de relacionamento com a realidade (TAMEZ, 2007). O lúdico é uma forma de contestação e de desestabilização do presente, e sinaliza a infinitude e a misericórdia divina na subversão do real.

Considerações finais

Nossas reflexões visam responder, ainda que modesta e parcialmente, a duas demandas, a partir do que estamos chamando de princípio pluralista. A primeira de-

manda, no campo das ciências da religião, tem a tarefa de analisar o pluralismo religioso. Consideramos que ele, em função das novas configurações socioculturais, está realçado em pelo menos três direções.

A primeira, dentro do campo especificamente religioso, tanto nas fronteiras das diversificações “doutrinárias” e cúlticas de cada grupo – o que nos leva a referir sempre no plural: espiritismos, cristianismos, catolicismos, pentecostalismos, candomblés, umbandas, encantarias, islamismos –, quanto nos contatos conflitivos ou harmônicos dos grupos religiosos na sociedade.

A segunda direção é a marcada por tensões ideológicas e políticas horizontais que perpassam as religiões e grupos confessionais diversos, que, dividindo-os e subdividindo-os “por dentro”, formam uma variedade de subgrupos internos.

A terceira direção refere-se às interações das espiritualidades e vivências religiosas com dimensões públicas e seculares da cultura expressas na vida cotidiana, tais como práticas econômicas, midiáticas, formas de entretenimento e de lazer, exercícios terapêuticos e de valorização da saúde, espiritualidades não explicitamente religiosas e outras. Tais zonas fronteiriças, somadas à esfera especificamente religiosa e suas divisões ideológi-

cas, tornam o campo religioso cada vez mais complexo e plural. O local fronteiriço das culturas e as possibilidades de hermenêuticas diatópicas, dentro do quadro da tarefa decolonial, são fundamentais no processo de interpretação do pluralismo religioso e de criação de bases mais sólidas para os estudos da religião.

A segunda demanda trata da revisão, recriação e aprofundamento da teologia latino-americana. Nesse sentido, nossa preocupação principal é o oferecimento de um legado às novas gerações, incluindo perspectivas críticas que possam realçar os elementos fundantes dessa perspectiva teológica, especialmente o amor que Deus preferencialmente destina e revela às pessoas pobres. Dentro deste quadro teológico de referência, indicamos também a dimensão comunitária da fé e seus desdobramentos sociais e políticos, o compromisso com a defesa e a sustentabilidade da vida, com a solidariedade humana, com as formas de inclusão social, de cidadania e de respeito à pluralidade religiosa, com o exercício dos direitos humanos e com a integridade da criação.

No tocante ao método, consideramos que para conseguirmos mediações mais consistentes são necessários, entre outros aspectos: (i) uma percepção mais apurada sobre as mudanças sociais, (ii) uma observação mais

atenta aos entre-lugares da cultura expressos no cotidiano, (iii) abordagens que deem valor à transdisciplinaridade e às teorias de complexidade para esse empreendimento e (iv) um destaque para a noção de polidoxia, considerando os diferenciais de poder na sociedade que demarcam as relações inter-religiosas e interculturais.

O que reivindicamos com o princípio pluralista é a necessidade de uma abordagem metodológica sensível às alteridades, boa parte delas invisibilizadas pelas sedimentações socioculturais tradicionais. Trata-se de um caminho que seja, sobretudo, capaz de acolher o contraditório e dar conta de conviver com a complexidade dos fenômenos e dos processos, sem com isso incorrer em equívocos metodológicos reducionistas que tendem a fracionar a realidade em polarizações maniqueístas.

Em relação aos conteúdos de natureza prática, nossa pressuposição teológica é que, diante do pluralismo religioso, faz-se necessária uma atenção especial à articulação entre a capacidade de diálogo dos grupos religiosos e os desafios em torno da valorização da vida, como a defesa dos direitos humanos, da cidadania e do cuidado com o meio ambiente, pressupondo que a espiritualidade ecumênica requer visão dialógica, profunda sensibilidade às questões que afetam a vida humana e inclinação

para a promoção da paz e da justiça e da integridade da criação.

Nossa expectativa é que os resultados destas pesquisas, sobretudo a formulação e o aprimoramento do princípio pluralista, contribuam para o processo de construção de referenciais teóricos mais precisos para as análises sociais, no tocante aos papéis da religião e do pluralismo, especialmente tendo em vista o aprimoramento de práticas sociais que visem ao fortalecimento democrático, à cidadania, à prática do diálogo e de alteridade, e à consolidação de direitos.

Esperamos também que tais resultados apresentem respostas às necessidades advindas da prática de setores que trabalham em variadas frentes, como a educação religiosa nas esferas públicas e privadas, confessionais ou não, os setores da imprensa e da mídia em geral nas abordagens do quadro religioso, e mesmo setores governamentais e não governamentais em torno da formulação de políticas públicas que devam considerar o pluralismo. Nossa expectativa é semelhante com relação às demandas que surgem para grupos que atuam na prestação de serviços, de assessorias, de consultorias, docência e de avaliações do quadro religioso e do lugar das religiões nas questões sociais e políticas.

Desejamos que a síntese que fizemos sobre o princípio pluralista e o primeiro balanço das possibilidades de sua aplicação em diferentes perspectivas estimulem novas ideias, práticas e caminhos para uma compreensão mais adequada do pluralismo e possam gerar novos debates, posicionamentos e horizontes mais amplos e plurais.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Nudez*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer IV, 2. O uso dos corpos*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ALTHAUS-REID, Marcella. *Indecent Theology: theological perversions in sex, gender and politics*. Londres & Nova York: Routledge, 2000.
- ALVES, Rubem. *Variações entre a Vida e a Morte: a teologia e a sua fala*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- AMALADOSS, Michael. *Pela estrada da vida: prática do diálogo inter-religioso*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- ARAGÃO, Gilbráz. “Do transdisciplinar ao transreligioso” (p. 133-148). In: TEPEDINO, Ana Maria; ROCHA, Alessandro. *A teia do conhecimento: fé, ciência e transdisciplinaridade*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- ARAGÃO, Gilbráz de Souza. “Perspectivas transreligiosas e o estudo das religiões” (p. 39-59). In: RIBEIRO, Claudio de Oliveira (org.). *Espiritualidades contemporâneas, pluralidade religiosa e diálogo*. São Paulo: Fonte Editorial, 2016.
- ARIARAJAH, Wesley. *Repensando a missão para os nossos dias: a propósito do centenário da Primeira Conferência Missionária Mundial em Edimburgo (1910)*. São Bernardo do Campo: Editeo, 2011.
- ASETT. *Pelos Muitos Caminhos de Deus: desafios do pluralismo religioso à Teologia da Libertação*. Goiás: Ed. Rede, 2003.
- BARROS, Marcelo. *O sabor da festa que renasce: para uma Teologia Afro-latíndia da Libertação*. São Paulo: Paulinas, 2009.
- BARROS, Marcelo. “Ao mistério uno e múltiplo, pertença uma e múltipla” (p. 117-136). In: RIBEIRO, Claudio de Oliveira & TOSTES, Angélica (orgs.). *Religião, diálogo e múltiplas pertenças*. São Paulo: Annablume, 2019.
- BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. “Fases e interfaces da sacralidade em um mundo secularizado” (p. 285-332). In: LIMA, Degislando & TRUDEL, Jacques (orgs.). *Teologia em Diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2002.
- BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. *O mistério e o mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.
- BOFF, Leonardo & HATHAWAY, Marc. *O Tao da Libertação: explorando a ecologia da transformação*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia, grito da terra, grito dos pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BUBER, Martin. *Sobre Comunidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987.
- COMBLIN, José. *Cristãos rumo ao Século XXI: nova caminhada de libertação*. São Paulo: Paulus, 1996.

- DUPUIS, Jacques. Rumo a uma teologia cristã do pluralismo religioso. São Paulo: Paulinas, 1999.
- GEBARA, Ivone. Vulnerabilidade, Justiça e Feminismos. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2010.
- GEBARA, Ivone. Mulheres, religião e poder: ensaios feministas. São Paulo: Terceira Via, 2017.
- GEFFRÉ, Claude. Crer e interpretar: a virada hermenêutica da teologia. São Paulo: Vozes, 2004.
- GIUMBELLI, Emerson Giumbelli. "O campo religioso em suas configurações" (153-175). In: SENA, Emerson & SOFIATI, Flávio. Novas Leituras do Campo Religioso Brasileiro. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.
- HAIGHT, Roger. Jesus, símbolo de Deus. São Paulo: Paulinas, 2003.
- HALL, Stuart. Formations of Modernity. Oxford, UK, Blackwell Publishers Ltd., 1992.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HICK, John. Teologia cristã e pluralismo religioso: o arco-íris das religiões. Juiz de Fora: PPCIR, 2005.
- HINKELAMMERT, Franz. A maldição que pesa sobre a lei: as raízes do pensamento crítico em Paulo de Tarso. São Paulo: Paulus, 2012.
- HINKELAMMERT, Franz. Mercado versus direitos humanos. São Paulo: Paulus, 2014.
- IRARRAZAVAL, Diego. De baixo e de dentro: crenças latino-americanas. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2007.
- KIERKEGAARD, Søren. Migalhas filosóficas ou um bocadinho de filosofia de João Clímacus. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- KNITTER, Paul. Introdução às Teologias das Religiões. São Paulo: Paulinas, 2008.
- KÜNG, Hans. Teologia a caminho: fundamentação para o diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.
- LÉVINAS, Emmanuel. De Deus que vem à Ideia. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MIGNOLO, Walter. Delinking. The rethoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. Cultural studies, Abingdon-on-Thames, Routledge, vols 2 and 3, n. 21, March/May 2007, p. 449-514.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: literatura, língua e identidade, Niterói, n° 34, 2008, p. 287-324.
- MIGUEZ, Nestor; RIEGER, Joerg; MO SUNG, Jung. Para além do espírito do Império: novas perspectivas em política e religião. São Paulo: Paulinas, 2012.
- MOLTMANN, Jürgen. Experiências de reflexão teológica: caminhos e formas da teologia cristã. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- MOREIRA, Alberto da Silva. "O futuro da religião no mundo globalizado" (p. 17-35). In: MOREIRA, Alberto da Silva; DIAS DE OLIVEIRA, Irene (orgs.). O Futuro da Religião na Sociedade Global. São Paulo-SP, Paulinas/UCG, 2008.

- MORIN, Edgar & MOIGNE, J-L. A inteligência da complexidade. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2000.
- MORIN, Edgar. Ciência com consciência. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- MUSSKOPF, André Sidney. Via(da)gens teológicas: itinerários para uma Teologia Queer no Brasil. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.
- NEGRI, Antônio & HARDT, Michael. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- PUI-LAN, Kwok. Globalização, gênero e construção da paz: o futuro do diálogo interfé. São Paulo: Paulus, 2015.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. Testemunho e Libertação: a teologia latino-americana em questão. São Paulo: Fonte Editorial, 2016.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. Pluralismo e Libertação. São Paulo: Paulinas, 2014.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. Religião, Democracia e Direitos Humanos: presença pública inter-religiosa no fortalecimento da democracia e na defesa dos direitos humanos no Brasil. São Paulo: Reflexão, 2016.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. “O princípio pluralista: bases teóricas, conceituais e possibilidades de aplicação”. Revista de Cultura Teológica, v. 25, p. 234-254, 2017a.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. “O princípio pluralista”. Cadernos de Teologia Pública – IHU, v. 14, n. 128, 2017b.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. “Espiritualidade integral e ecológica e o princípio pluralista”. Perspectiva Teológica, v. 50, n. 3, 473-489, set./dez, 2018.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. “Dupla e múltipla pertença religiosa no Brasil”. Estudos de Religião, v. 32, n.3, p. 93-115, 2018.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. “O princípio pluralista como elemento articulador de pesquisas na área Ciência da Religião e Teologia”. Rever, v. 19, n. 2, p. 65-86, 2019.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. “O princípio pluralista diante das dimensões do lúdico e da festividade”, 2020a [submetido para avaliação].
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. “O princípio pluralista, corporeidade e sexualidade”, 2020b [submetido para avaliação].
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. “A circularidade teológica entre a noção de paradoxo e o princípio pluralista” (2020c) [submetido para avaliação].
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira & GONÇALVES, Alonso. “Modelos de interpretação teológica das religiões: crítica e proposição”, 2020 [submetido para avaliação].
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira & CATENACI, Giovanni. O pluralismo religioso em debate”. São Paulo: Reflexão, 2017
- RIEGER, Joerg. “Libertando o discurso sobre Deus: pós-colonialismo e o desafio das margens”. Estudos de Religião, v. 32, n. 34, p. 84-104, jan/jun. 2008.
- SANTA ANA, Julio de. “Diálogos inter-religiosos: dificuldades e promessas”. In: SOTER (org). Religiões e Paz Mundial. São Paulo: Paulinas, 2010.

- SANTOS, Boaventura de Souza. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010b.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2010a.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Se Deus Fosse um Ativista dos Direitos Humanos. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- SEGUNDO, Juan Luis. Que Mundo? Que Homem? Que Deus? Aproximações entre ciência, filosofia e teologia. São Paulo: Paulinas, 1995.
- SERRA, Cris & RIBEIRO, Claudio de Oliveira. “O Catolicismo brasileiro visto sob a ótica do princípio pluralista” 2020 [submetido para avaliação].
- SOBRINO, Jon. O princípio misericórdia: descer da cruz os povos crucificados. Petrópolis: Vozes, 1994.
- TAMEZ, Elza. “Teologia e festa” (p. 141-149). In: ALMEIDA, Edson Fernando & LONGUINI NETO, Luiz. Teologia para quê? Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- TEIXEIRA, Faustino. "O Fundamentalismo em tempos de pluralismo religioso" (p. 17-35). In: MOREIRA, Alberto da Silva & DIAS DE OLIVEIRA, Irene (orgs.). O Futuro da Religião na Sociedade Global. São Paulo: Paulinas/UCG, 2008.
- TEIXEIRA, Faustino. Teologia e pluralismo religioso. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2012.
- TEIXEIRA, Faustino. “Malhas da Hospitalidade”. Horizonte, v. 15, n. 45, p. 18-39, jan./mar. 2017.
- TEIXEIRA, Faustino & MENEZES, Renata (orgs). Religiões em movimento: o censo de 2010. Petrópolis: Vozes, 2013.
- TILLICH, Paul. The Religious Situation. New York: Meridian Books, 1956.
- TILLICH, Paul. The Future of Religions. New York-USA, Harper&Row, 1966 (Editado por Jerald C. Brauer).
- TILLICH, Paul. Teologia Sistemática. São Paulo: Paulinas/Sinodal, 1984.
- TOSTES, Angélica & RIBEIRO, Claudio de Oliveira. “Polidoxia, entre-lugares e fronteiras da cultura e pluralismo religioso”, 2020 [submetido para avaliação].
- VIGIL, José Maria. Teologia do Pluralismo Religioso: para uma releitura pluralista do Cristianismo. São Paulo: Paulus, 2006.



Claudio de Oliveira Ribeiro é doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com estágio de pesquisa de pós-doutorado em Teologia, na Southern Methodist University, de Dallas-EUA (2015), com o tema “Pluralismo religioso, democracia e direitos humanos”, e em Ciências da Religião, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2018), com o tema “Movimentos Inter-religiosos, política e espaço público no Brasil”. É professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente é o coordenador para Pós-graduação Profissional da Área Ciências da Religião e Teologia, da Capes.

Cadernos Teologia Pública

N. 1 Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI – Johan Konings, SJ

N. 2 Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista – Maria Clara Bingemer

N. 3 A Teologia e a Origem da Universidade – Martin N. Dreher

N. 4 No Quarentenário da Lumen Gentium – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM

N. 5 Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner – Érico João Hammes

N. 6 Teologia e Diálogo Inter-Religioso – Cleusa Maria Andreatta

N. 7 Transformações recentes e prospectivas de futuro para a ética teológica – José Roque Junges, SJ

N. 8 Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos – Carlos Ribeiro Caldas Filho

N. 9 Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões – Rudolf Eduard von Sinner

N. 10 O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso – Michael Amaladoss, SJ

N. 11 A teologia em situação de pós-modernidade – Geraldo Luiz De Mori, SJ

N. 12 Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema – Pedro Gilberto Gomes, SJ

N. 13 Teologia e Ciências Sociais – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

N. 14 Teologia e Bioética – Santiago Roldán García

N. 15 Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos – David Eduardo Lara Corredor

N. 16 Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento – João Batista Libânio, SJ

N. 17 Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

N. 18 Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II – Paulo Suess

N. 19 A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg – 1ª parte – Manfred Zeuch

N. 20 A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg – 2ª parte – Manfred Zeuch

N. 21 Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo – Karl-Josef Kuschel

N. 22 Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs – Jacques Arnould

N. 23 Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

N. 24 O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica – Walter Ferreira Salles

N. 25 A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM

N. 26 Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski – Joe Marçal Gonçalves dos Santos

N. 27 Música e Teologia em Johann Sebastian Bach – Christoph Theobald

N. 28 Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas – Karl-Josef Kuschel

N. 29 Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino – Ana María Formoso

N. 30 Espiritualidade e respeito à diversidade – Juan José Tamayo-Acosta

N. 31 A moral após o individualismo: a anarquia dos valores – Paul Valadier

N. 32 Ética, alteridade e transcendência – Nilo Ribeiro Junior

N. 33 Religiões mundiais e Ethos Mundial – Hans Küng

N. 34 O Deus vivo nas vozes das mulheres – Elisabeth A. Johnson

N. 35 Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica – Victor Hugo Mendes

N. 36 Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois – Joseph Comblin

N. 37 Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla – João Batista Libânio

- N. 38 O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas – Peter C. Phan
- N. 39 Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo – Paulo Suess
- N. 40 Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha – Benedito Ferraro
- N. 41 Espiritualidade cristã na pós-modernidade – Ildo Perondi
- N. 42 Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta – Ildo Perondi
- N. 43 A Cristologia das Conferências do Celam – Vanildo Luiz Zugno
- N. 44 A origem da vida – Hans Küng
- N. 45 Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga – Maria Cristina Giani
- N. 46 Ciência e Espiritualidade – Jean-Michel Maldamé
- N. 47 Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana – Antônio Cechin
- N. 48 Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff – Águeda Bichels
- N. 49 Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos – Karl-Josef Kuschel
- N. 50 “Ite, missa est!”: A Eucaristia como compromisso para a missão – Cesare Giraud, SJ
- N. 51 O Deus vivo em perspectiva cósmica – Elizabeth A. Johnson
- N. 52 Eucaristia e Ecologia – Denis Edwards
- N. 53 Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje – José A. Zamora
- N. 54 Mater et Magistra – 50 Anos – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo
- N. 55 São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I – Daniel Marguerat
- N. 56 Igreja Introvertida: Dossiê sobre o Motu Proprio “Summorum Pontificum” – Andrea Grillo
- N. 57 Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã – Elizabeth A. Johnson
- N. 58 As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo – Christoph Theobald

N. 59 Deus e a criação em uma era científica – William R. Stoeger

N. 60 Razão e fé em tempos de pós-modernidade – Franklin Leopoldo e Silva

N. 61 Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura – Karl-Josef Kuschel

N. 62 Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição – Luigi Perissinotto

N. 63 A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico – Felix Wilfred

N. 64 Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea – François Euvé

N. 65 O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade – Marco Lucchesi

N. 66 Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno – Mary E. Hunt

N. 67 Silêncio do deserto, silêncio de Deus – Alexander Nava

N. 68 Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites – Jean-Louis Schlegel

N. 69 (Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual – Degislando Nóbrega de Lima

N. 70 Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet – Moisés Sbardelotto

N. 71 Rumo a uma nova configuração eclesial – Mario de França Miranda

N. 72 Crise da racionalidade, crise da religião – Paul Valadier

N. 73 O Mistério da Igreja na era das mídias digitais – Antonio Spadaro

N. 74 O seguimento de Cristo numa era científica – Roger Haight

N. 75 O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa – Peter C. Phan

N. 76 50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro – José Maria Vigil

N. 77 As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja – Christoph Theobald

- N. 78 As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã – George V. Coyne
- N. 79 Papa Francisco no Brasil – alguns olhares
- N. 80 A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades – André Wénin
- N. 81 Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II – Victor Codina
- N. 82 O lugar da mulher nos escritos de Paulo – Eduardo de la Serna
- N. 83 A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel – Elcio Verçosa Filho
- N. 84 O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota” – Renato Ferreira Machado
- N. 85 Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica – Alexandra Lima da Silva & Rhaisa Marques Botelho Lobo
- N. 86 Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II – Peter C. Phan
- N. 87 O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25 – André Wénin
- N. 88 Política e perversão: Paulo segundo Žižek – Adam Kotsko
- N. 89 O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39 – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher
- N. 90 A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer – John W. O’Malley
- N. 91 Religiões brasileiras no exterior e missão reversa – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Carmen Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vásquez e Ushi Arakaki
- N. 92 A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek – Adam Kotsko
- N. 93 O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas – José Oscar Beozzo
- N. 94 Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco – John O’Malley
- N. 95 “Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente – Massimo Faggioli

N. 96 As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral *Gaudium et spes*: por uma fé que sabe interpretar o que advém – Aspectos epistemológicos e constelações atuais – Christoph Theobald

N. 97 500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas – Vítor Westhelle

N. 98 O Concílio Vaticano II e o aggiornamento da Igreja – No centro da experiência: a liturgia, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo – Gilles Routhier

N. 99 Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição *Gaudium et Spes* – Geraldo Luiz De Mori

N. 100 O Vaticano II e a Escatologia Cristã: Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da *Gaudium et Spes* – Afonso Murad

N. 101 Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo – Elias Wolff

N. 102 A Constituição Dogmática *Dei Verbum* e o Concílio Vaticano II – Flávio Martinez de Oliveira

N. 103 O pacto das catacumbas e a Igreja dos pobres hoje! – Emerson Sbardelotti Tavares

N. 104 A exortação apostólica *Evangelii Gaudium*: Esboço de uma interpretação original do Concílio Vaticano II – Christoph Theobald

N. 105 Misericórdia, Amor, Bondade: A Misericórdia que Deus quer – Ney Brasil Pereira

N. 106 Eclesialidade, Novas Comunidades e Concílio Vaticano II: As Novas Comunidades como uma forma de autorrealização da Igreja – Rejane Maria Dias de Castro Bins

N. 107 O Vaticano II e a inserção de categorias históricas na teologia – Antonio Manzatto

N. 108 Morte como descanso eterno – Luís Inácio João Stadelmann

N. 109 Cuidado da Criação e Justiça Ecológica-Climática. Uma perspectiva teológica e ecumênica – Guillermo Kerber

N. 110 A Encíclica *Laudato Si'* e os animais – Gilmar Zampieri

N. 111 O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de *Dignitatis Humanae* e *Amoris Laetitia* – Andrea Grillo

N. 112 O ensino social da Igreja segundo o Papa Francisco – Christoph Theobald

N. 113 Lutero, Justiça Social e Poder Político: Aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos – Roberto E. Zwetsch

N. 114 Laudato Si', o pensamento de Morin e a complexidade da realidade – Giuseppe Fumarco

N. 115 A condição paradoxal do perdão e da misericórdia. Desdobramentos éticos e implicações políticas – Castor Bartolomé Ruiz

N. 116 A Igreja em um contexto de “Reforma digital”: rumo a um sensus fidelium digitalis? Moisés Sbardelotto

N. 117 Laudato Si' e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma convergência? – Gaël Giraud e Philippe Orliange

N. 118 Misericórdia, Compaixão e Amor: O rosto de Deus no Evangelho de Lucas – Ildo Perondi e Fabrizio Zandonadi Catenassi

N. 119 A constituição da Dignidade Humana: aportes para uma discussão pós-metafísica – Thyeles Moratti Precilio Borcarte Strelhow

N. 120 Renovação do espaço público: pentecostalismo e missão em perspectiva política – Amos Yong

N. 121 Viver as Bem-aventuranças numa Igreja em saída – Tea Frigerio

N. 122 Ser e Agir, o Reino e a Glória: a Oikonomia Trinitária e a bipolaridade da máquina governamental – Colby Dickinson

N. 123 A sensibilidade religiosa de Thoreau – Edward F. Mooney

N. 124 Diáconas na Igreja Maronita – Phyllis Zagano

N. 125 Comportamentos normatizados e a noção de profanação: uma reflexão em Giorgio Agamben – Claudio de Oliveira Ribeiro

N. 126 Teologalidade das resistências e lutas populares – Francisco de Aquino Júnior

N. 127 A glória como arcano central do poder e os vínculos entre oikonomia, governo e gestão – Colby Dickinson

N. 128 O Princípio Pluralista – Claudio de Oliveira Ribeiro

N. 129 Deus e o Diabo na política: compaixão e vocação profética – Ivone Gebara

N. 130 Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben – Joel Decothé Junior

N. 131 A Heterodoxia do Pseudo-Dionísio: hierarquia e burocracia na Teologia Medieval – Gerson Leite de Moraes e Daniel Nagao Menezes

N. 132 O pensamento de Jorge Mario Bergoglio. Os desafios da Igreja no mundo contemporâneos – Massimo Borghesi

N. 133 Os documentos eclesiais pós-sinodais “Familiaris Consortio” de Wojtyła e “Amoris Laetitia” de Bergoglio como respostas aos desafios da pastoral matrimonial – José Roque Junges

N. 134 A universalidade e o (não) lugar político da Igreja no mundo de hoje. A eclesiologia da globalização de Francisco – Massimo Faggioli

N. 135 A ética social do Papa Francisco: O Evangelho da misericórdia segundo o espírito de discernimento – Juan Carlos Scannone S.I.

N. 136 Amoris Laetitia: aspectos antropológicos e metodológicos e suas implicações para a teologia moral – Todd A. Salzman e Michael G. Lawler

N. 137 A Teologia da Missão à luz da Exortação Apostólica Evangelii gaudium – Paulo Suess

N. 138 O pontificado de Francisco e o laicato na missão da Igreja hoje. Avanços e impasses da “parrésia eclesial” – Andrea Grillo

N. 139 A Opção de Francisco: como evangelizar um mundo em mudança? – Austen Ivereigh

N. 140 A liturgia, 50 anos depois do Concílio Vaticano II: marcos, desafios, perspectivas – Andrea Grillo

N. 141 Franciscus non cantat: Um discurso, alguns percursos e ressonâncias acerca da música litúrgica pós-conciliar – Márcio Antônio de Almeida

N. 142 Para além do limiar do Templo: apontamentos éticos para uma pastoral em modo on-line – Thiago Isaias Nóbrega de Lucena e José Joanees Souza Oliveira

N. 143 A Conversão de Agostinho de Hipona, interpretada em reflexões sobre a expressão *Intellige Ut Credas* – Orlando Polidoro Junior

N. 144 Teologia Pública e Práxis Pastoral: considerações em vista de uma Pastoral Pública – Luis Carlos Dalla Rosa

